



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

13) INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que durante o exercício de 2019, a Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto, incorreram com os seguintes serviços prestados pelo auditor independente:

**Honorários de auditoria - R\$ 7,8 milhões:** os honorários de auditoria incluem a auditoria das demonstrações financeiras anuais individuais (Práticas contábeis adotadas no Brasil) e consolidadas (IFRS), a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia e auditoria das demonstrações financeiras das controladas e negócios em conjunto no Brasil e no exterior.

**Honorários não relacionados à auditoria - R\$ 0,4 milhão:** os honorários não relacionados à auditoria são referentes a revisão de impostos no exterior.

A Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto em discussão com os seus auditores independentes, concluíram que estes serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade destes, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados. A Iochpe-Maxion adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

14) DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório de revisão especial dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

As informações financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS.

O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional da Companhia, ou uma alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Instrução CVM 527 regulamentada em 04/10/12. Com isso, o EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes de juros, imposto de renda e contribuição social e depreciação/amortização.

Cruzeiro, 5 de março de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	263.853	66.788	646.137	486.903	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	24.353	178.045	648.697	1.076.149
Contas a receber de clientes	6	264.811	286.183	1.029.650	1.253.826	Fornecedores	16	146.238	184.963	1.126.821	1.316.897
Estoques	7	296.272	382.918	1.328.470	1.448.021	Obrigações fiscais	17	8.460	6.830	121.060	121.901
Impostos a recuperar	8	42.451	30.957	223.589	237.675	Obrigações sociais e trabalhistas	18	111.039	109.927	322.088	328.271
Despesas antecipadas		2.474	1.767	20.210	19.641	Adiantamentos de clientes		17.539	99.664	27.244	109.025
Outros créditos		13.316	8.087	109.565	77.736	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		127.146	99.199	127.147	99.199
Total do ativo circulante		883.177	776.700	3.357.621	3.523.802	Partes relacionadas	10.b	31.714	-	-	-
						Outras obrigações		35.418	41.627	210.561	210.387
						Total do passivo circulante		501.907	720.055	2.583.618	3.261.829
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	8	3.141	8.371	166.759	29.189	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.243.975	470.110	2.412.886	1.737.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	75.075	105.404	306.628	257.517	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	48.051	62.024	83.753	105.150
Depósitos judiciais		52.254	53.454	58.495	59.468	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	174.548	199.862
Partes relacionadas	10.b	4.897	32.612	4.897	32.612	Passivo atuarial de plano de pensão	20	-	-	515.932	471.053
Outros créditos		790	4.055	1.520	4.394	Outras obrigações		13.787	12.052	107.698	45.213
Investimentos	11	3.010.977	2.260.310	74.612	46.803	Total do passivo não circulante		1.305.813	544.186	3.294.817	2.558.834
Imobilizado	12	928.136	896.182	3.590.747	3.398.325	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Intangível	13	67.618	49.103	1.740.135	1.667.080	Capital social	21.a	1.576.954	1.407.536	1.576.954	1.407.536
Direito de uso	14	10.133	-	79.997	-	Opções outorgadas reconhecidas		3.071	3.084	3.071	3.084
Total do ativo não circulante		4.153.021	3.409.491	6.017.790	5.495.388	Reservas de lucros		606.530	393.156	606.530	393.156
						Reserva de capital		6.000	127.006	6.000	127.006
						Ações em tesouraria	21.c	(28.920)	(26.022)	(28.920)	(26.022)
						Ajuste de avaliação patrimonial		1.064.843	1.017.190	1.064.843	1.017.190
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		3.228.478	2.921.950	3.228.478	2.921.950
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	268.498	276.577
						Patrimônio líquido total		3.228.478	2.921.950	3.496.976	3.198.527
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.036.198</b>	<b>4.186.191</b>	<b>9.375.411</b>	<b>9.019.190</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.036.198</b>	<b>4.186.191</b>	<b>9.375.411</b>	<b>9.019.190</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial		Participação dos acionistas		Patrimônio líquido total		
			Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro	Dividendos intermediários	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Outros resultados abrangentes	Lucros do exercício		Patrimônio líquido	acionistas não controladores
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	1.277.398	3.080	68.816	219.166	31.051	(1.747)	(12.880)	88.692	714.277	-	2.387.853	242.652	2.630.505
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.325	201.325	104.817	306.142
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	227.625	-	227.625	22.380	250.005
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	227.625	201.325	428.950	127.197	556.147
Aumento de capital	130.138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130.138	-	130.138
Reconhecimento de plano de opções de ações	-	112	-	-	-	-	-	-	-	-	112	-	112
Exercício de opções de ações	-	(108)	-	-	-	-	-	250	-	-	142	-	142
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	(13.392)	-	-	(13.392)	-	(13.392)
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(12.546)	-	12.546	-	(858)	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(858)	-	-	-	(858)	-
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	10.708	-	-	10.708	-	10.708
Conversão de debêntures - 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	118.045	-	-	118.045	-	118.045
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.272)	(93.272)
Destinações do lucro líquido do exercício:													
Reserva legal	-	-	10.694	-	-	-	-	-	-	(10.694)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	124.045	-	-	-	-	-	(124.045)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(29.565)	-	-	-	-	-	(79.132)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(31.051)	-	-	-	-	-	(31.051)	-	(31.051)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	1.407.536	3.084	79.510	313.646	-	127.006	(26.022)	75.288	941.902	-	2.921.950	276.577	3.198.527
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	337.435	337.435	83.980	421.415
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	53.344	-	53.344	3.133	56.477
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	53.344	337.435	390.779	87.113	477.892
Aumento de capital	39.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.938	-	39.938
Incorporação de reserva de capital	129.480	-	-	-	-	(129.480)	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de plano de opções de ações	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Exercício de opções de ações	-	(36)	-	-	-	-	-	89	-	-	53	-	53
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	(2.987)	-	-	(2.987)	-	(2.987)
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(5.327)	-	5.327	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(364)	-	-	(364)	-	(364)
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	8.474	-	-	8.474	-	8.474
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.192)	(95.192)
Destinações do lucro líquido do exercício:													
Reserva legal	-	-	17.138	-	-	-	-	-	-	(17.138)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	198.802	-	-	-	-	-	(198.802)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.566)	-	-	-	-	-	-	(2.566)	-	(2.566)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.822)	(126.822)	-	(126.822)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	1.576.954	3.071	96.648	509.882	-	6.000	(28.920)	69.597	995.246	-	3.228.478	268.498	3.496.976

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>					
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	26	2.508.877	2.178.874	10.016.395	9.616.299
<b>LUCRO BRUTO</b>	27	(2.123.356)	(1.873.761)	(8.831.177)	(8.298.023)
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Com vendas	27	(14.602)	(12.447)	(53.778)	(75.359)
Gerais e administrativas	27	(112.255)	(101.601)	(482.968)	(477.112)
Honorários da Administração	10.a	(19.086)	(17.116)	(19.086)	(17.116)
Resultado de equivalência patrimonial	11	182.667	143.629	(23.902)	(14.457)
Receitas (Despesas) operacionais, líquidas	28	4.206	(20.188)	70.771	(32.739)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>					
Receitas financeiras	24	427.451	297.190	676.255	701.493
Despesas financeiras	24	18.368	13.186	65.344	14.838
Variação cambial, líquida	25	(758)	2.355	(5.124)	3.757
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes	9.b	(23.145)	(7.394)	(178.240)	(148.043)
Diferidos	9.b	(1.089)	(29.779)	93.304	(26.489)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					
atribuível aos					
Acionistas controladores		337.435	201.325	337.435	201.325
Acionistas não controladores		-	-	83.980	104.817
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:</b>					
BÁSICO - R\$	31	2.23135	1.35499	2.23135	1.35499
DILUIDO - R\$	31	2.23078	1.35451	2.23078	1.35451

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de mercadorias e bens	26	3.105.739			

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	337.435	201.325	421.415	306.142
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ganhos na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	82.523	239.622	85.656	262.002
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos	(29.179)	(11.997)	(29.179)	(11.997)
Total dos outros resultados abrangentes	53.344	227.625	56.477	250.005
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>390.779</b>	<b>428.950</b>	<b>477.892</b>	<b>556.147</b>
<b>ATRIBUÍVEL AOS:</b>				
Acionistas controladores	390.779	428.950	390.779	428.950
Acionistas não controladores	390.779	428.950	87.113	127.197
			477.892	556.147

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3. As atividades da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 23 unidades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 2.

2. EMPRESAS DA COMPANHIA

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	País	Atividade	Participação direta - %		Participação indireta - %	
			12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(b)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(c)	-	-	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil	-	66,66	66,66	33,33	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Tailândia	(c)	8,15	8,15	91,84	91,84
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(g)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(c)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha	(c)	-	100,00	100,00	-
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	100,00	100,00	-
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	100,00	100,00	-
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosí, S.A. de C.V.	México	-	-	100,00	100,00	-
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	México	-	-	100,00	100,00	-
Iochpe Holdings, LLC	EUA	(g)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels U.S.A. LLC	EUA	(f)	-	100,00	100,00	-
H.I. Delaware Holdings, LLC	EUA	(f)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Akron, LC	EUA	(a)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	100,00	100,00	-
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	100,00	100,00	-
Maxion Luxembourg Holdings S.A.R.L.	Luxemburgo	(g)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels EAAF Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	100,00	100,00	-
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Italy Holding, S.r.l.	Itália	(g)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Germany Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	100,00	100,00	-
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	85,00	85,00	-
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	100,00	100,00	-
Maxion Wheels do Brasil S.A.	Brasil	(c)	-	100,00	100,00	-
Maxion Incl. Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	60,00	60,00	-
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	60,00	60,00	-

(a) Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.  
 (b) Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.  
 (c) Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação independente entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

**Base de consolidação**  
 As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:  
 • Tem poder sobre a investida;  
 • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e  
 • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela retém poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:  
 • A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;  
 • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;  
 • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e  
 • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

**Moeda funcional e de apresentação**  
 Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos. As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto:  
 • Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que fazem parte do custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira;  
 • Variações cambiais decorrentes de transações contratadas para proteção (*hedge*) contra riscos de câmbio; e  
 • Nas demonstrações financeiras consolidadas, variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado mediante a alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira (atribuídas às participações minoritárias, conforme apropriado). Na alienação de uma operação no exterior (isto, alienação da participação total da Companhia em uma operação no exterior, ou alienação envolvendo perda de controle sobre uma controlada que inclui operações no exterior ou alienação parcial de participação em acordo conjunto ou coligada que inclui uma operação no exterior no qual a participação líquida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira referente a essa operação atribuível aos proprietários da Companhia é reclassificado para o resultado. Adicionalmente, no caso de alienação parcial de uma controlada que inclui operação no exterior que não represente perda de controle da Companhia sobre a controlada, as parcelas proporcionais das diferenças cambiais acumuladas são realocadas para participações minoritárias e não é reconhecida no resultado. Para todas as demais alienações parciais (ou seja, as alienações parciais de coligadas ou acordos em conjunto que não representem perda significativa de influência ou controle conjunto da Companhia), a parcela proporcional das diferenças cambiais acumuladas é reclassificada para o resultado. O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

**Taxas de câmbio**  
 As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:  

Taxa final	31/12/2019	31/12/2018
Dólar norte-americano - US\$	4,0307	3,8748
Euro - €	4,5305	4,4390
Taxa média	31/12/2019	31/12/2018
Dólar norte-americano - US\$	3,9451	3,6544
Euro - €	4,4155	4,3092

  
**Uso de estimativas e julgamentos**  
 Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente. A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:  
 • Perdas de crédito esperadas.  
 • Perdas dos estoques.  
 • Avaliação do valor recuperável do ágio.  
 • Imposto de renda e contribuição social.  
 • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.  
 • Obrigações de planos de pensão.  
 • Gestão de risco e instrumentos financeiros.  
 • Avaliação sobre se o ativo do direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável.  
**Investimentos em coligadas e joint ventures**  
 Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture.  
**Consolidação das demonstrações financeiras**  
 Demonstrações financeiras consolidadas - incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação incluem:  
 • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.  
 • Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.  
 • Eliminação das transações intercompanhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas da Companhia. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE

4.1.1. IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))

**a) Impacto geral da adoção da IFRS 16 - Arrendamento**  
 A IFRS 16 introduziu um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituiu as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia foi em 1º de janeiro de 2019.

(d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.  
 (e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).  
 (f) Comercialização de rodas leves e pesadas.  
 (g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.

**Participação em negócios em conjunto**  
 A Companhia, por meio da Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba - Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves.

**Participação em coligadas**  
**Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.**  
 A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFundição"), sua coligada localizada na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias. A AmstedMaxionFundição, por meio da Greenbrier Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("GreenbrierMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários. Em 1º de novembro de 2019, em linha com sua estratégia de negócios, a Companhia alienou aos demais acionistas da AmstedMaxionFundição participação acionária representando 18,25% do capital social da referida sociedade, pelo preço total de R\$ 20.093, de forma que Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e Greenbrier do Brasil Participações Ltda. passaram a deter, respectivamente, 51% e 29,5% do capital social da AmstedMaxionFundição, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 1º de agosto de 2019. Em decorrência da referida alienação, a Companhia reduziu sua participação acionária na AmstedMaxionFundição para 19,5%, que passou a ser sua coligada, em razão da influência significativa exercida pela Companhia, evidenciada por direitos oriundos do acordo de acionistas firmado em 28 de abril de 2017 e aditado em 1º de novembro de 2019, continuando o investimento a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A referida operação resultou em uma perda líquida de R\$ 992.

**DongFeng Maxion Wheels Ltd.**  
 A Companhia, por meio da DongFeng Maxion Wheels Ltd. ("DongFengMaxion"), sua coligada localizada em Suizhou, província de Hubei, China, produzirá e comercializará rodas de alumínio para veículos comerciais e leves voltadas ao mercado chinês. A DongFengMaxion encontra-se em fase pré-operacional. A Companhia exerce influência significativa na coligada, evidenciada pela indicação de membros do Conselho de Administração e outros direitos oriundos de um Contrato de Investimentos firmado com a DongFeng Motor Chassis Systems. Em 31 de dezembro de 2019, o investimento no negócio em conjunto Maxion Montich e coligadas AmstedMaxionFundição e DongFengMaxion, com 50%, 19,5% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os principais grupos das demonstrações financeiras do negócio em conjunto e das coligadas estão apresentados a seguir:

	Maxion Montich		AmstedMaxionFundição		DongFengMaxion	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Balancos patrimoniais</b>						
Ativo não circulante	76.396	107.490	86.832	82.955	59.037	-
Ativo não circulante	85.340	79.057	338.227	363.245	11.673	-
Passivo circulante	(110.127)	(125.578)	(108.412)	(150.101)	(1.920)	-
Passivo não circulante	(34.044)	(39.619)	(156.155)	(178.964)	-	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	17.498	21.313	81.851	117.135	34.395	-
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	57	37	78.641	-	34.395	-
Patrimônio líquido total	17.555	21.350	160.492	117.135	68.790	-
<b>Demonstrações de resultado</b>						
Receita líquida de vendas	212.512	180.229	352.119	337.870	-	-
Custo dos produtos vendidos	(193.295)	(166.450)	(314.671)	(301.987)	-	-
Despesas operacionais	(12.787)	(24.633)	(55.518)	(60.500)	-	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(33.807)	-	(17.405)	-	50	-
Imposto de renda e contribuição social	4.057	174	2.328	598	(80)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(23.320)	(10.780)	(33.147)	(24.019)	470	-

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada da IFRS 16 de acordo com a IFRS 16.C5(b). Conseqüentemente, a Companhia não reapresentou as informações comparativas.

Diferentemente da contabilização do arrendatário, a IFRS 16 transferiu substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 (R1)).

**b) Impacto da nova definição de arrendamento**  
 A Companhia utilizou o recurso prático disponível na transição para a IFRS 16 para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Portanto, a definição de arrendamento de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4 (equivalente ao CPC 03) permaneceu aplicável a arrendamentos contratados ou modificados antes de 1º de janeiro de 2019. A alteração na definição de arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se o uso de um ativo identificado é controlado pelo cliente. Controle é observado se o cliente:  
 • Tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso de um ativo identificado.  
 • Tem o direito de controlar o uso desse ativo. A Companhia aplicou a definição de arrendamento e correspondente orientação descrita na IFRS 16 a todos os contratos de arrendamento celebrados ou modificados em ou após 1º de janeiro de 2019.

**c) Impacto sobre a contabilização do arrendatário**  
**Arrendamentos operacionais**  
 A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) mudou a forma como a Companhia contabilizava arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, que não eram registrados no balanço patrimonial. Na adoção inicial da IFRS 16, para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- Reconheceu ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros.
- Reconheceu a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração individual e consolidada do resultado.
- Segregou o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração individual e consolidada do fluxo de caixa.

Os incentivos de arrendamento (por exemplo, período isento de aluguel) foram reconhecidos como parte da mensuração dos ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento enquanto que na IAS 17 (CPC 06 (R1)) esses incentivos resultavam no reconhecimento de um incentivo de obrigação de arrendamento, amortizados como redução das despesas com aluguel em base linear. De acordo com a IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)). Essa norma substituiu a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos. Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na IFRS 16. A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso de R\$ 73.305 e uma obrigação de arrendamento correspondente no mesmo valor com relação a todos arrendamentos em 1º de janeiro de 2019, exceto os seus arrendamentos de curto prazo e baixo valor. O impacto no exercício de 2019, correspondeu a uma redução em "Outras despesas" em R\$ 43.128, aumento na depreciação em R\$ 36.783 e aumento nas despesas com juros em R\$ 3.768. O montante de R\$ 7.090 desses acordos refere-se a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 no exercício de 2019 resultou no aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em R\$ 43.128 e a redução do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor. Em 2019, as obrigações de arrendamento registradas pela Companhia, possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	4.204	31.415
2021	3.689	24.273
2022	410	8.993
2023	323	4.812
2024	261	2.830
2025 até 2032	-	1.150
<b>Total</b>	<b>8.887</b>	<b>73.473</b>

**Arrendamentos financeiros**  
 As principais diferenças entre a IFRS 16



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No País	218.408	223.217	234.991	255.230
No exterior	12.268	4.873	787.053	984.351
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	37.018	60.996	17.573	28.348
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.893)	(2.893)	(9.967)	(14.103)
Total	264.811	286.183	1.029.650	1.253.826

Movimentação na provisão para expectativa de perdas de créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(2.893)	(2.057)	(14.103)	(7.834)
Valores recuperados	7.050	1.142	16.416	3.903
Valores baixados como incobráveis	326	1.080	1.470	1.430
Complementos	(7.366)	(3.058)	(12.938)	(11.205)
Varição cambial	-	-	(812)	(397)
Saldo no fim do exercício	(2.893)	(2.893)	(9.967)	(14.103)

b) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	215.984	246.559	907.508	1.131.214
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	39.408	27.291	88.810	98.898
De 31 a 60 dias	3.415	2.880	16.807	10.770
De 61 a 90 dias	1.065	1.011	8.271	3.904
De 91 a 180 dias	4.152	8.332	10.114	14.117
Acima de 180 dias	8.670	3.003	8.107	9.026
Total	267.694	289.076	1.039.617	1.267.929

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	61.027	50.249	376.815	379.501
Produtos em elaboração e semiacabados	63.813	69.375	262.132	254.956
Ferramentais para revenda em elaboração	25.382	82.110	88.978	153.075
Matérias-primas	77.026	92.694	318.360	377.613
Materiais auxiliares e embalagens	76.154	67.570	318.026	284.931
Adiantamentos a fornecedores	10.287	34.908	27.906	53.679
Importações em andamento	3.424	8.545	3.861	10.021
Provisão para perdas	(20.841)	(22.533)	(67.608)	(65.755)
Total	296.272	382.918	1.328.470	1.448.021

Movimentação na provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(22.533)	(12.539)	(65.755)	(50.144)
Movimentação	1.692	(9.994)	(358)	(11.071)
Varição cambial	-	-	(1.495)	(4.540)
Saldo no fim do exercício	(20.841)	(22.533)	(67.608)	(65.755)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	22.888	16.515	89.158	86.018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.172	13.186	21.199	19.341
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	305	885	653	1.219
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	3.068	5.628	4.224	6.757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (i)	2.575	1.813	99.739	2.710
Programa de Integração Social - PIS (i)	575	386	21.663	2.347
Outros	1.009	915	2.784	1.008
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	67.082	80.490
Turquia	-	-	17.724	29.135
Índia	-	-	440	-
Índia Alumínio (ii)	-	-	50.837	15.913
Alemanha	-	-	4.040	13.389
Outros países	-	-	10.805	8.537
Total	45.592	39.328	390.348	266.864
Circulante	42.451	30.857	223.589	237.675
Não circulante	3.141	8.371	166.759	29.189

(i) A Companhia obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins referentes ao período de 2005 a 2019. Os efeitos dessas decisões foram apurados pela Companhia e foram reconhecidos R\$ 75.023 na rubrica de "Outras receitas operacionais" e R\$ 42.610 na rubrica "Receitas financeiras".  
(ii) Créditos constituídos na aquisição de ativo imobilizado, importação de mercadorias, importação de matéria-prima e demais itens em período pré-operacional.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos  
Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais	97.055	146.629	201.326	240.691
Base negativa de contribuição social	39.592	51.096	51.856	65.239
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16.338	21.088	31.571	29.901
Provisão para participação nos resultados	14.530	14.430	14.530	14.430
Crédito de pagamentos efetuados no exterior (ii)	43.921	-	43.921	-
Provisão para perdas nos estoques	7.086	7.662	16.250	13.197
Provisão para expectativa de perdas de créditos	1.428	1.026	10.416	7.820
Provisão para passivo atuarial	-	-	83.623	69.871
Propriedade intelectual (i)	-	-	65.863	-
Diferença de depreciação e amortização	(91.274)	(85.669)	(318.022)	(325.376)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(36.625)	(40.182)	(36.625)	(40.182)
Amortização fiscal de ágio	(40.465)	(40.465)	(40.465)	(40.465)
Outros	23.499	29.879	7.836	22.529
Total	75.075	105.404	132.080	57.855
Ativo tributário diferido líquido	75.075	105.404	306.628	257.517
Passivo tributário diferido líquido	-	-	(174.548)	(199.862)

(i) Em 31 de março de 2019, a Maxion Wheels USA LLC ("MW USA") efetuou a transferência de seus ativos de propriedade intelectual para a Maxion Wheels EAAP Holding GmbH ("EAAP") a fim de atribuir a titularidade de tais ativos à pessoa jurídica que passou a desenvolver as atividades funcionais e concentrar os custos de desenvolvimento e de manutenção dos ativos em questão. A transferência entre as entidades foi efetuada a valor de mercado e gerou um ganho de capital no valor de US\$ 50,5 milhões para a MW USA, que foi integralmente compensado com o saldo de prejuízo fiscal dessa entidade. A diferença entre o valor fiscal e o valor contábil da contribuição dos ativos resultou no reconhecimento contábil de um ativo diferido de imposto de renda na entidade receptora, EAAP, que, de acordo com as regras contábeis locais, será amortizado no prazo de quinze anos.  
(ii) Saldo de crédito de imposto sobre a renda pago no exterior passível de compensação com IRPJ e CSLL devidos no Brasil decorrente da adição de lucros auferidos no exterior nos anos de 2015, de 2016 e de 2018, nos quais a entidade brasileira controladora (IMSA) registrou lucro real negativo antes da referida adição.

Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
Iochepe Maxion S.A. (controladora)	136.637	197.635
Iochepe Holdings, LLC e controladas	116.545	108.295
Total	253.182	305.930

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações, gerados por algumas de suas controladas no exterior, conforme segue:

País	Valor (iii)	Prescrição	31/12/2019		31/12/2018	
			Limite por ano	Valor (iii)	Limite por ano	Valor (iii)
Estados Unidos da América - Federal (i)	627.574	2026 a 2038	(iv)	650.089	(v)	398.567
Estados Unidos da América - Estadual (i)	470.751	2021 a 2039	(ii)	398.567	(ii)	398.567
China (i)	65.296	2020 a 2023	Não há	67.022	-	-
Espanha (i)	25.659	Não há	25% a 50%	22.086	-	-
África do Sul (i)	97.705	Não há	Não há	72.002	-	-
Taiilândia (i)	20.976	2020 a 2021	Não há	28.407	-	-
Áustria (i)	33.171	Não há	75%	11.475	-	-
Índia (i)	29.781	2026 a 2027	Não há	-	-	-
Total	1.370.913	-	-	1.249.648	-	-

(i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.

(ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.  
(iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.  
(iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a Lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2019, nos seguintes exercícios:

	R\$
2020	22.351
2021	20.723
2022	22.701
2023	25.441
2024	29.701
2026 até 2030	132.265
Total	253.182

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração premissas financeiras e de negócios.

b) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	361.669	238.487	506.351	480.674
Alíquota combinada - %	34	34	34	34
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	(122.967)	(81.086)	(172.159)	(163.429)
Resultado de equivalência patrimonial	62.107	48.834	(8.127)	(4.915)
Despesas indedutíveis	(1.706)	(1.573)	(18.409)	(27.640)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	13.659	43.060
Impostos sobre distribuição de dividendos no exterior	-	-	(19.548)	(20.359)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior	-	-	26.211	30.877
Crédito tributário de controladas	-	-	19.385	58.629

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Efeito de tradução (moeda local x funcional)	-	-	(5.635)	(17.299)
Propriedade intelectual (i)	-	-	65.963	-
Benefício dos projetos de inovação tecnológica	3.483	-	3.483	-
Crédito sobre pagamento de imposto em julgado	-	1.659	-	1.659
Créditos autorizados por decisão judicial transitada em julgado	-	-	-	-
Benefício dos juros sobre capital próprio	9.587	36.957	9.587	36.957
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	-	(40.135)	-	(40.135)
Outros	(2.256)	(1.818)	(26.764)	(71.937)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	(24.234)	(37.162)	(84.936)	(174.532)
Correntes	(23.145)	(7.384)	(178.240)	(148.043)
Diferidos	(1.089)	(29.778)	93.304	(26.489)

(i) Vide detalhes na nota explicativa nº 9.a).

10. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

	31/12/2019	31/12/2018
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	19.086	17.116
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	65.676	73.470
Participação nos resultados pactuados no Brasil (bônus)	15.699	19.422
Participação nos resultados pactuados no exterior (bônus)	15.709	19.159

A Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$ 1.168 (R\$ 1.003 em 2018), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.  
Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.  
Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 23.

b) Transações com partes relacionadas

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto operações entre estes, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, entre outras, contratos de serviços compartilhados, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

b.1) Controladora

	31/12/2019				Resultado
	Ativo	Passivo	Outras contas a pagar	Vendas	
Contas a receber	Mútuo (i)	Fornecedores			
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	417	4.897	-	-	29.249
Iochepe-Maxion Austria GmbH (ii)	-	-	31.714	-	-
Iochepe Holdings, LLC e controladas	18.985	-	-	-	138.675
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	2.256	-	2	8.110
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	663	-	-	-	13.756
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	30	-	-	-	-
Maxion Montich S.A.	16.923	-	-	-	37.618
Total	37.018	4.897	2.256	31.714	219.300

b.2) Consolidado

	31/12/2019				Resultado
	Ativo	Passivo	Outras contas a pagar	Vendas	
Contas a receber	Mútuo	Fornecedores			
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	5.213	32.612	-	-	38.546
Iochepe Holdings, LLC e controladas	27.545	-	-	-	142.472
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	4.423	-	-	4.443
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	5.093	-	-	-	39.223
Maxion Montich S.A.	23.135	-	-	-	40.069
Total	60.986	32.612	4.423	260.310	4.443

(i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado em 28 de abril de 2017, com a AmstedMaxionFundição, no valor de R\$ 4.840 acrescido de R\$ 57 de juros, para o pagamento de dívidas preexistentes, remunerado semestralmente pela variação do CDI, acrescida de 2% ao ano, com vencimento do principal em 28 de abril de 2020, sujeito à prorrogação por períodos adicionais de um ano, salvo mediante prévia notificação em contrário da Companhia. A realização do crédito está suportada, substancialmente, pelos resultados futuros da AmstedMaxionFundição, consoante ao seu plano de negócios.  
(ii) Referente ao aumento de capital a integralizar na controlada Iochepe-Maxion Áustria no valor de € 7.000mil, conforme nota explicativa nº 11 b) item (i), tal aumento, aprovado em 20 de dezembro de 2019, foi parcialmente integralizado no montante de € 3.438. Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou a redução de capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Informações das empresas controladas, negócio em conjunto e coligadas

	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	31/12/2019		Capital social	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo					
Ioche Maxion	-	100	7.230.472	4.101.985	1.334.964	2.854.809	273.678	7.597.503	210.254
Austria GmbH (i)	-	100	98.009	22.636	328.585	75.373	-	66.891	(4.915)
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	1.893	886	90	1.007	-	2.673	591
Remon Resende Montadora Ltda.	90	100	1.893	886	90	1.007	-	2.673	591
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	-	209.508	146.033	154.963	63.475	-	320.639	7.831
Maxion Montich S.A.	2.813	50	161.726	144.171	4.487	17.498	57	212.512	(23.320)
Amsted-Maxion	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	28.274.461	19,50	425.059	264.567	261.201	81.851	78.641	352.119	(33.147)
DongFeng Maxion	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wheels Limited (i)	-	50	70.710	1.920	68.322	34.395	34.395	-	470

	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	31/12/2018		Capital social	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo					
Ioche Maxion	-	100	6.990.468	4.526.306	892.790	2.183.544	280.618	7.629.748	166.993
Austria GmbH (i)	-	100	92.446	66.928	267.058	25.518	-	58.079	(9.324)
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	1.269	860	90	409	-	2.074	373
Remon Resende Montadora Ltda.	90	100	1.269	860	90	409	-	2.074	373
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	8,15	184.521	135.006	124.192	49.515	-	313.790	785
Maxion Montich S.A.	2.813	50	186.547	165.197	5.316	21.313	37	180.129	(10.780)
Amsted-Maxion	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	14.566.122	37,75	446.200	329.065	184.685	117.135	-	337.870	(24.019)

(i) De acordo com as respectivas legislações locais, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.

d) Detalhes sobre controladas que possuem participação de acionistas não controladores

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação de não controladores	
			31/12/2019	31/12/2018
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Kalyani Maxion Wheels Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	15%	15%

As demonstrações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais a Companhia possui participações estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia:

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Balancos patrimoniais</b>						
Ativo circulante	373.749	360.778	168.819	189.840	90.949	117.989
Ativo não circulante	362.672	365.045	97.766	95.653	125.487	129.657
Total do ativo	736.421	725.823	266.585	285.493	216.436	247.646
Passivo circulante	220.923	211.099	85.051	89.494	73.278	93.268
Passivo não circulante	52.893	46.847	20.150	20.475	17.143	26.265
Patrimônio líquido	462.605	467.877	161.384	175.524	126.015	128.113
Total do passivo e patrimônio líquido	736.421	725.823	266.585	285.493	216.436	247.646
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	185.042	187.151	64.554	70.210	18.902	19.217

Demonstrações do resultado

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas	1.210.152	1.142.692	358.545	385.976	273.792	361.318
Custo dos produtos vendidos	(955.619)	(893.049)	(282.104)	(295.292)	(260.266)	(327.866)
Lucro bruto	254.533	249.643	76.441	90.684	13.526	33.453
Despesas operacionais, líquidas	(52.163)	(32.783)	(23.033)	(18.167)	(21.458)	(21.344)
Impostos sobre o lucro	(37.304)	(18.286)	(8.899)	(11.952)	8.933	(4.559)
Lucro líquido do exercício	165.066	198.594	44.509	60.565	1.001	7.550
Lucro líquido dos acionistas não controladores	66.026	79.438	17.804	24.226	150	1.133
<b>Resumo do fluxo de caixa</b>						
Operacional	22.620	14.961	204.999	222.292	80.106	56.714
Investimentos	(12.722)	(9.355)	(36.306)	(56.738)	(18.098)	(18.623)
Financiamentos	(16.126)	4.752	(164.203)	(168.415)	(58.422)	(57.768)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	88	(609)	(4.541)	(13.338)	(680)	1.604
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(6.140)	9.749	(51)	(16.199)	2.906	(18.073)

Em 2019, foram pagos a títulos de dividendos obrigatórios para os acionistas não controladores os montantes de R\$ 70.683 e R\$ 24.509 nas controladas indiretas Maxion Inci Jant Sanayi, A.S. e Ticaret A.S., respectivamente.

12. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (i)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros	Total
Adições	438	3.093	-	50.856	7.856	267	9.075	71.585
Baixas líquidas	(38)	(7.116)	-	(964)	(9.317)	(11)	(3.713)	(21.159)
Depreciação	(7.231)	(38.948)	-	-	(1.888)	(3.169)	(6.455)	(57.691)
Transferências	748	9.562	-	(11.275)	372	843	35	285
Saldo em 31 de dezembro de 2018	151.069	535.006	24.251	94.244	21.324	26.403	43.885	896.182
Adições	22	5.056	-	55.661	10.060	-	29.283	100.082
Baixas líquidas	-	(4.467)	-	-	(7.051)	-	(67)	(11.585)
Depreciação	(7.679)	(39.117)	-	-	(1.686)	(3.354)	(5.995)	(57.831)
Transferências	23.541	37.313	2.201	(39.024)	1.689	(23)	(24.409)	1.288
Saldo em 31 de dezembro de 2019	166.953	533.791	26.452	110.881	24.336	23.026	42.697	928.136
Em 31 de dezembro de 2018	251.060	1.055.359	24.251	94.244	25.844	82.738	108.624	1.642.120
Depreciação acumulada	(99.991)	(520.353)	-	-	(4.520)	(56.335)	(64.739)	(745.938)
Saldo contábil líquido	151.069	535.006	24.251	94.244	21.324	26.403	43.885	896.182
Em 31 de dezembro de 2019	274.877	1.074.291	26.452	110.881	29.651	82.831	111.705	1.710.688
Depreciação acumulada	(107.924)	(540.500)	-	-	(5.315)	(59.805)	(69.008)	(782.552)
Saldo contábil líquido	166.953	533.791	26.452	110.881	24.336	23.026	42.697	928.136

b) Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (ii)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros	Total
Adições	19.190	64.361	-	331.619	32.388	13.748	27.819	489.125
Baixas líquidas	(242)	(11.937)	-	(1.019)	(10.704)	(957)	(4.064)	(28.923)
Depreciação	(31.944)	(254.496)	-	(16.220)	(18.843)	(15.527)	(337.030)	(500.857)
Transferências	14.112	184.797	11.496	(210.758)	675	6.454	(7.099)	(323)
Variação cambial	49.731	139.398	20.669	27.939	4.733	2.524	7.391	252.385
Saldo em 31 de dezembro de 2018	615.263	1.895.514	238.879	380.439	73.814	58.024	136.392	3.398.325
Adições (iii)	1.550	49.493	-	377.987	26.442	18.980	33.318	507.770
Baixas líquidas	(401)	(10.259)	-	(3.668)	(7.888)	(1.978)	(796)	(24.990)
Depreciação	(35.073)	(273.585)	-	(19.553)	(21.747)	(17.970)	(367.928)	(506.876)
Transferências (iv)	113.953	325.494	20.997	(421.405)	2.949	25.671	(66.432)	1.227
Variação cambial	13.120	37.913	6.407	14.579	971	1.801	1.552	76.343
Saldo em 31 de dezembro de 2019	708.412	2.024.570	266.283	347.932	76.735	80.751	86.064	3.590.747
Em 31 de dezembro de 2018	993.951	4.002.538	238.879	380.439	121.838	236.075	294.592	6.268.312
Depreciação acumulada	(378.688)	(2.107.024)	-	-	(48.024)	(178.051)	(158.200)	(2.869.987)
Saldo contábil líquido	615.263	1.895.514	238.879	380.439	73.814	58.024	136.392	3.398.325
Em 31 de dezembro de 2019	1.126.184	4.552.871	266.283	347.932	144.714	291.279	261.277	6.990.540
Depreciação acumulada	(417.772)	(2.528.301)	-	-	(67.979)	(210.528)	(175.213)	(3.399.793)
Saldo contábil líquido	708.412	2.024.570	266.283	347.932	76.735	80.751	86.064	3.590.747

(i) Em 31 de dezembro de 2019, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$ 2.282 (R\$ 24.372 em 31 de dezembro de 2018); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 102.330 (R\$ 65.385 em 31 de dezembro de 2018); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 6.269 (R\$ 4.487 em 31 de dezembro de 2018), referentes à expansão da unidade de Cruzeiro.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$ 3.156 (R\$ 49.070 em 31 de dezembro de 2018); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 323.630 (R\$ 296.935 em 31 de dezembro de 2018); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 21.145 (R\$ 34.434 em 31 de dezembro de 2018), referentes às expansões das unidades de México, Cruzeiro, República Tcheca e Índia.

(iii) Do total de adições no exercício, a maior parte das aplicações de recursos foi realizada pelas unidades de Maxion Wheels, Maxion Wheels Índia, Cruzeiro e Inmagusa nos montantes de R\$ 259.958, R\$ 69.098, R\$ 65.470 e R\$ 58.991, respectivamente.

(iv) Em 2019, contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" no valor de R\$ (338), e entre as rubricas "Estoques" e "Ativo imobilizado" no valor de R\$ 1.565.

Os valores dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em operações de empréstimos e financiamentos estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

Ativos com vida útil definida	Relacionamento com clientes		Direito de uso do terreno		Outros	Total
	Software	Outros	Software	Outros		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	92.243	17.000	5.453	2.488	117.184	
Adições	-	24.924	-	2.345	27.269	
Baixas líquidas	-	184	-	-	184	
Amortização	(7.236)	(8.882)	(148)	(2.279)	(18.545)	
Transferências	15.369	1.173	585	27	17.400	
Variação cambial	100.376	35.044	5.890	2.827	144.137	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.376	58.924	5.890	2.827	167.017	
Adições	-	22.687	-	1.874	24.561	
Baixas líquidas	-	(783)	-	(8)	(791)	
Amortização	(7.811)	(5.573)	(153)	(1.843)	(15.380)	
Transferências (a)	-	338	-	(21)	317	
Variação cambial	3.869	(184)	159	27	3.871	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96.434	51.529	5.896	2.856	156.715	
Em 31 de dezembro de 2018	153.442	89.318	7.567	48.933	299.260	
Custo	(53.066)	(54.274)	(1.677)	(46.106)	(155.123)	
Saldo contábil líquido	100.376	35.044	5.890	2.827	144.137	
Em 31 de dezembro de 2019	159.615	83.398	7.775	51.298	302.086	
Custo	(63.181)	(31.869)	(1.879)	(48.44		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar		
					31/12/2019	31/12/2018	
Debêntures simples da 8ª emissão	CDI	1,40	Março de 2023	1.909	4.564	452.884	453.223
Debêntures simples da 9ª emissão	CDI	0,80	Fevereiro de 2026	831	6.785	453.829	-
Debêntures simples da 10ª emissão	CDI	0,75	Setembro de 2024	2	2.712	352.397	-
Total de debêntures				2.742	14.061	1.259.110	608.992
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				8.615	29.048	3.061.583	2.813.705
Passivo circulante						659.566	1.091.381
Custos a amortizar						(10.869)	(15.232)
Total						648.697	1.076.149
Passivo não circulante						2.431.065	1.761.399
Custos a amortizar						(18.179)	(23.843)
Total						2.412.886	1.737.556

- (i) Representa o valor nominal de US\$ 60.900 mil decorrente de empréstimo captado por meio da controlada indireta Ingeniería Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") com o Itaú BBA Internacional PLC, cujo prazo de vencimento final previsto é 27 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo no consolidado de R\$ 230.227. Esse empréstimo possui os índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item b).
- (ii) O financiamento com o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME - PSI estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos, no valor líquido de R\$ 1.819 na controladora e R\$ 1.819 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.309 na controladora e R\$ 7.751 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Capital de giro em rúpia entre a Kalyani Maxion Wheels Limited - Índia e bancos locais, sendo este garantido com recebíveis da planta da Índia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 15.093.
- (iv) Empréstimo de longo prazo no Banco Bladex S.A., com a finalidade de investir em ativo fixo e capital de giro, no valor de US\$ 11.600 mil captado em 2015. Em 2016, a Companhia contratou um adicional de US\$ 13.400 mil. Em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo no consolidado de R\$ 25.846 (R\$ 44.703 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) A controlada Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V., captou empréstimo de capital de giro em US\$ no valor total de principal de US\$ 41.000 mil, junto dois bancos no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$ 165.821 (R\$ 159.553 em 31 de dezembro de 2018).
- (vi) Em 25 de fevereiro de 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels EAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o. e a controlada direta Iochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de € 200.000 mil com taxa de 2,75% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024, com dois anos de carência, e os recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo é de R\$ 897.916. O referido empréstimo possui "covenants", os quais possuem os mesmos índices financeiros.
- (vii) Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rúpia com taxa de MCLR ("Marginal Cost of Funds Based Lending Rate") + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 123.248. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.
- (viii) Em 12 de julho de 2019, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo de capital de giro, no montante de € 55.000 mil com taxa de 1,15% a.a., e vencimento em 3 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era R\$ 249.355. O valor remanescente se refere a Maxion Wheels España S.L. com vencimento em julho de 2026 e antecipação de recebíveis na controlada indireta Maxion Wheels Czech s.r.o. com vencimento em janeiro de 2020.
- (ix) Em 12 de novembro de 2019, a controlada indireta Ingeniería Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") contratou empréstimo de capital de giro em US\$ com o banco local com vencimento para novembro de 2020, em 31 de dezembro o saldo é de R\$ 40.335.

**Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	570.449	2.843.276
Captações	465.638	2.001.080
Provisão de juros e variação cambial	55.520	202.440
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	(105.545)	(105.545)
Passivo financeiro sobre debêntures simples com bônus de subscrição - 7ª emissão	(4.281)	(4.281)
Amortização do principal	(279.357)	(2.242.812)
Pagamento de juros	(47.797)	(173.932)
Custo a amortizar	(6.472)	(19.227)
Variação cambial na conversão	-	312.706
Saldo em 31 de dezembro de 2018	648.155	2.813.705
Captações	933.014	2.576.517
Provisão de juros e variação cambial	74.312	188.959
Amortização do principal	(315.417)	(2.387.914)
Pagamento de juros	(61.474)	(169.672)
Custo a amortizar	(10.262)	(22.701)
Variação cambial na conversão	-	62.689
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.268.328	3.061.583

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2021	2.841	72.467
2022	224.932	598.368
2023	564.898	936.687
2024	341.386	694.420
2025 em diante	109.918	110.944
Total	1.243.975	2.412.886

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avulsos da Companhia, no valor líquido de R\$ 511.869 (R\$ 595.489 em 31 de dezembro de 2018).

**Debêntures**

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em série única, (ii) debêntures simples de 9ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em duas séries; e (iii) debêntures simples de 10ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração.

As debêntures foram inscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2019
8ª emissão	Simple	450.000	28/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,40% a.a.	452.884
9ª emissão	Simple	450.000	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,80% a.a.	453.829
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	352.397

**8ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476**

- a) As debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura. Sobre o saldo devedor do valor nominal da 8ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI acrescido de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,50 vezes.

Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

**9ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476**

- a) Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia concretizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM 476), no valor total de R\$ 450.000, distribuídas em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$ 338.800 com prazo de vencimento de cinco anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2024, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, e a segunda série no valor total de R\$ 111.200 com prazo de vencimento de sete anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2026, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,95% ao ano, base 252 dias úteis.

- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes. Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.
- Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

**10ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476**

- a) Em 16 de setembro de 2019, a Companhia concretizou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM 476), no valor total de R\$ 350.000, de série única, com prazo de vencimento em 16 de setembro de 2024, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes. Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.
- Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

**16. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No País	141.818	177.531	149.658	194.036
No exterior	2.164	3.009	977.163	1.122.861
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	2.256	4.423	-	-
Total	146.238	184.963	1.126.821	1.316.897

**17. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda de controladas no exterior	-	-	47.587	56.961
ICMS	2.249	1.416	2.461	1.506
IPÍ	484	513	484	533
Cofins	415	16	496	225
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.320	3.873	4.538	3.619
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	116	261	116	261
Outras	876	551	3.726	1.326
IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	30.962	41.943
Outros países	-	-	30.750	15.527
Total	8.460	6.630	121.060	121.901

**18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	2.696	2.852	72.133	74.533
Encargos sociais	18.292	17.448	48.861	41.849
Férias	49.726	51.587	83.076	92.988
Participação nos resultados	40.325	38.040	118.018	118.901
Total	111.039	109.927	322.088	328.271

**19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS**

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Cíveis
Saldo em 31/12/2017	12.850	26.002	9.799	44.983	39.362	16.318
Adições	11.640	8.578	2.024	22.242	26.606	10.060
Pagamentos	(5.690)	-	(7)	(5.697)	-	(2.703)
Reversões	(5.157)	(1.262)	-	(6.419)	(21.851)	(1.445)
Atualizações	1.490	1.570	187	3.247	4.192	2.016
Variação cambial	-	-	-	-	223	1.400
Saldo em 31/12/2018	15.133	34.888	12.003	62.024	39.767	51.393
Adições	4.865	3.029	427	8.321	15.607	5.856
Pagamentos	(5.675)	(1.211)	(3.847)	(10.733)	(12.495)	(2.247)
Reversões	(3.744)	(6.198)	(4.555)	(14.497)	(17.071)	(6.208)
Atualizações	1.225	1.208	503	2.936	2.765	1.500
Variação cambial	-	-	-	-	55	300
Saldo em 31/12/2019	11.804	31.716	4.531	48.051	28.628	50.594

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

**Processos de natureza trabalhista**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre ações de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Na controladora, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 65.946 (R\$ 68.483 em 31 de dezembro de 2018), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 11.804 (R\$ 15.133 em 31 de dezembro de 2018), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 197.052 (R\$ 217.005 em 31 de dezembro de 2018), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 28.628 (R\$ 39.767 em 31 de dezembro de 2018), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Adicionalmente, a Companhia figura como parte em ação coletiva movida pelo sindicato que representa os trabalhadores das duas unidades da Companhia localizadas em Limeira, SP, tendo por pedido a condenação da Companhia (i) ao pagamento de adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, para empregados em determinadas funções, pelos últimos cinco anos; (ii) inscrição em folha de pagamento dos referidos adicionais para tais empregados no futuro; e (iii) honorários advocatícios sobre o valor da condenação. A ação coletiva é classificada como perda possível e está em fase inicial de instrução, não sendo possível estimar de maneira confiável o valor do passivo contingente.

Em 12 de setembro de 2019 foi celebrado, entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 1ª Região no Município de São José dos Campos/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 45/2019, tendo por objeto formalizar a intenção da Companhia de adequar, de forma voluntária, as máquinas e equipamentos de sua propriedade instaladas na sua planta industrial localizada em Cruzeiro, SP, ao que determina a Norma Regulamentadora NR-12, dentro do prazo de 30 meses contados a partir da data de assinatura do referido TAC. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderá ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da Companhia.

**Processos de natureza tributária**

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS/Cofins (a)	7.055	11.903	8.305	12.149
INSS (b)	15.201	14.623	15.201	14.623
IPI (c)	4.435	4.331	4.435	4.331
IR - "Corporate Income Tax" (d)	-	-	14.465	13.765
Outros	5.025	4.031	8.188	6.525
Total	31.716	34.888	50.594	51.393

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

- (a) Discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP no cálculo do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT.
- (b) Discussão judicial para anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia.
- (c) Procedimento de fiscalização sobre imposto de renda e outros tributos contuzida por autoridades fiscais da Alemanha, envolvendo as controladas indiretas da Companhia nesse país, relativa ao período compreendido entre 2009 e 2011, na qual se questionam: (i) o montante de juros deduzidos fiscalmente relativos a nota promissória intragrupo; e (ii) o valor de avaliação de certos direitos que foram capitalizados na controlada em 2011.

**Processos de natureza cível**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como parte em processos de natureza cível que envolvem contingência passiva; desses processos, o montante total de R\$ 4.531 (R\$ 12.003 em 31 de dezembro de 2018) foi avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, o montante total dos processos que envolvem contingência passiva com chance de perda provável era de R\$ 4.531 (R\$ 13.990 em 31 de dezembro de 2018).

**Riscos classificados como perda possível**

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza tributária e cível envolvendo contingência passiva que não estão provisionados, pois apresentam chance de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2019, no consolidado, esses processos de natureza tributária e cível, cuja chance de perda é classificada como possível, totalizam R\$ 398.116 (R\$ 385.314 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se principalmente a:

- a) Processo administrativo nº 3.127.787-1, de natureza tributária contra a Companhia, cujos temas versam sobre: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias sem documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições de pessoas jurídicas do Simples; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. O item (i) do auto de infração anteriormente mencionado foi cancelado definitivamente na esfera administrativa, tendo sido apresentado pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes, o qual aguarda julgamento interrompido por pedido de vista, sendo o montante total discutido classificado como de perda possível correspondente a R\$ 184.610.
- b) Autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha, relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2009, processos nº 08/8972/2012 e nº 08/01138/2013, derivados de auditorias fiscais envolvendo as controladas Maxion Wheels Europe S.a.r.l. (anteriormente denominada HLI European Holdings ETVE, S.L.), Maxion Wheels España S.L. (anteriormente denominada Hayes Lemmerz Manresa, S.L.) e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L., nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestruturação corporativa e financeira; apresentada defesa administrativa, proferida decisão desfavorável em 1ª e 2ª instâncias administrativas, apresentado recurso para as cortes espanholas; aguarda-se decisão de 1ª instância judicial, cujo montante total discutido é de R\$ 37.060.
- c) Processo administrativo nº 16045.720014/2015-51, de natureza tributária contra a Companhia, referente à cobrança de IRPJ, acrescido de juros e multa de ofício de 75%, sob alegação de não quitação das estimativas mensais do ano-calendário 2011 - "Comp

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Valor justo dos ativos do plano	31/12/2019					31/12/2018				
	Alemanha	Espanha	México	Outros planos	Total	Alemanha	Espanha	México	Outros planos	Total
Ativos do plano no início do exercício	1.592	19.072	1.058	4.917	26.639	1.434	20.656	844	3.922	26.856
Receita financeira	23	271	96	361	751	27	327	74	303	731
Contribuições pagas aos planos	24.457	34	-	3.910	28.401	24.286	497	-	4.162	28.945
Benefícios pagos pelos planos	(25.056)	(1.756)	-	(3.856)	(30.668)	(25.818)	(1.859)	-	(4.287)	(31.964)
Retorno esperado dos ativos dos planos	33	1.326	(17)	11	1.353	25	(2.988)	(9)	264	(2.708)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	565	429	90	167	1.251	1.638	2.439	149	553	4.779
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	1.614	19.376	1.227	5.510	27.727	1.592	19.072	1.058	4.917	26.639
Total do passivo não circulante	(420.468)	(9.010)	(6.266)	(80.188)	(515.932)	(400.577)	(6.850)	(3.829)	(59.779)	(471.053)
Custo líquido do benefício	31/12/2019					31/12/2018				
Custo do serviço	(1.815)	(195)	(361)	(8.446)	(10.817)	(1.883)	(187)	(352)	(3.085)	(5.507)
Custo financeiro	(5.816)	(374)	(444)	(6.279)	(12.913)	(6.748)	(446)	(352)	(4.158)	(11.704)
Custo líquido do benefício	(7.631)	(569)	(805)	(14.725)	(23.730)	(8.631)	(633)	(704)	(7.243)	(17.211)

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo e das obrigações foram as seguintes:

**Média ponderada das premissas utilizadas**

	Pensão	Outros planos
Taxa de desconto - internacional	1,63%	6,49%
Taxa de aumento de salário - internacional	3,05%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,25%	3,66%

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

**Análise de sensibilidade das obrigações**

Em 31 de dezembro de 2019, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	Pensão	Outros planos
cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a:	0,30%	6,88%
Aumento na obrigação de benefício definido	28.158	6.700
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	12	16
cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a:	1,30%	7,88%
Redução na obrigação de benefício definido	26.400	6.190
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	12	16

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

**Contribuições pagas aos planos**

Em 2019, a controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 24.491 (R\$ 24.783 em 31 de dezembro de 2018).

**21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 1.576.954.290,05 (um bilhão, quinhentos e setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.719.601 (cento e cinquenta e três milhões, setecentas e dezoito mil, seiscentas e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No exercício social de 2019, o capital social da Companhia passou pelas seguintes variações:

1) Nos termos do Artigo 166, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração homologou os seguintes aumentos de capital em decorrência do exercício dos bônus de subscrição (MYPK12), com a subscrição de uma ação de emissão da Companhia a cada bônus exercido, ao preço de R\$ 12,70 cada:

(i) Em 24 de abril de 2019, homologação do exercício de 1.766.277 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 22.432, passando o mesmo de R\$ 1.407.536, dividido em 150.574.876 ações, para R\$ 1.429.968, dividido em 152.341.153 ações;

(ii) Em 29 de maio de 2019, homologação do exercício de 655.582 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 8.326, passando o mesmo de R\$ 1.429.968, dividido em 152.341.153 ações, para R\$ 1.438.294, dividido em 152.996.735 ações; e

(iii) Em 24 de junho de 2019, homologação do exercício de 722.866 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 9.180, passando o referido capital social de R\$ 1.438.294, dividido em 152.996.735 ações, para R\$ 1.447.474, dividido em 153.719.601 ações.

2) Em 4 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de parte da reserva de capital, no montante de R\$ 129.480, passando o capital social para R\$ 1.576.954.290,05, dividido em 153.719.601 ações.

De acordo com o estatuto social, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 82.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante emissão de novas ações ordinárias, sendo que, deste limite total, 58.856.229 ações já foram emitidas, restando passível de emissão o montante de 23.143.771 ações.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

**b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro**

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

**c) Destinação do lucro líquido**

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação:

(i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

Em 15 de abril de 2019, foram pagos os juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2018.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	337.435	201.325
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	5.327	12.546
Total a distribuir	342.762	213.871
Destinação do lucro:		
(-) Reserva legal (5%)	(17.138)	(10.694)
(-) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	(198.802)	(124.045)
(-) Dividendos obrigatórios	(101.191)	-
(-) Juros sobre o capital imputados aos dividendos obrigatórios	(25.631)	(79.132)

Em 1º de julho de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$ 28.197 equivalente a R\$ 0,1850616 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$ 25.631, ou R\$ 0,1682176 por ação ordinária, já deduzido o IRRF, respectivamente.

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração na referida data, os JSCP serão imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2019 nos termos do artigo 42 do estatuto social da Companhia. O pagamento do JSCP e dos dividendos obrigatórios serão realizados até 31 de março de 2020, sendo que o valor dos referidos JSCP não sofrerá atualização monetária alguma.

**d) Opções outorgadas reconhecidas**

Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações dos planos 2015 e 2014 deduzidas do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2019, o total de ações canceladas foi de 15.499 (27.924 opções em 31 de dezembro de 2018).

**e) Ações em tesouraria**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 1.355.089 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$ 28.920. (1.224.208 ordinárias no montante de R\$ 26.022 em 31 de dezembro de 2018), como compromisso de plano de opções de compra de ações e programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$ 31.682 representado pela cotação de 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 23,98 por ação.

**f) Ajuste de avaliação patrimonial**

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes à época da adoção inicial dos CPCs e IFRS. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. A "outros resultados abrangentes" é alocada variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.

**g) Reserva legal**

Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

**h) Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2019, constitui como os efeitos de correção do balanço em virtude de investimento efetuado na Argentina, decorrente de economia hiperinflacionária, e ágio decorrente da aquisição de participação de minoritários.

**22 PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometê-lo nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de correção em até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B * M) / P$$

Em que:

- O = número de opções outorgadas ao beneficiário.
- B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.
- M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.
- P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 2,0.
- Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,5.
- Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

O preço de exercício das opções será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, desde a data de início de cada programa até a data de exercício das respectivas ações.

Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data de cada programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e

extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

Nos programas de compra de ações de 2014, foram outorgadas 27.581 opções pelo preço de exercício de R\$ 23,34.

No quinto programa, constituído em 2015, o Conselho de Administração nos termos da cláusula 3.2.1 do Plano, modificado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 9 de maio de 2014, decidiu outorgar aos executivos um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados de 2014, sem a contrapartida de aquisição em Bolsa de Valores de ações próprias. Os executivos que decidiram investir os percentuais de sua participação nos resultados de 2014, na forma prevista dos planos anteriores, além dos 25% mencionados, receberam opções adicionais, conforme as regras do Plano.

No quinto programa de ações, foram outorgadas 50.393 opções pelo preço de exercício de R\$ 10,38.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações em circulação e os seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

31/12/2019		31/12/2018	
Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação
25,45	57.919	24,80	98.803
12,84	(4.078)	12,68	(2.960)
35,04	(15.459)	33,73	(27.924)
26,70	38.342	25,45	57.919

Das 38.342 opções em circulação em 31 de dezembro de 2019 (57.919 em 31 de dezembro de 2018), 28.778 opções (28.800 opções em 31 de dezembro de 2018) são exercíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$ 23,38 (R\$ 23,81 em 31 de dezembro de 2018). As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5,93 (R\$ 6,41 em 31 de dezembro de 2018).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 32,6% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação considerando os preços de anteriormento.
- Vida esperada da opção correspondente entre um e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 4,39%, 4,43%, 4,91% e 5,38%, para um, dois, três e quatro anos, respectivamente.

**23. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO**

Em abril de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019, o Conselho de Administração aprovou os planos de incentivo de longo prazo referente aos resultados de 2016 a 2019 ("Programa 2016"), aos resultados de 2017 a 2020 ("Programa 2017"), aos resultados de 2018 a 2021 ("Programa 2018") e aos resultados de 2019 a 2022 ("Programa 2019"), respectivamente, os quais têm por objetivo: (i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; e (ii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia nas bolsas de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários do Programa de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) no valor das ações da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). O recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unif", no primeiro caso, e "Performance Share", no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de R\$ 14,26, R\$ 15,93, R\$ 22,64 e R\$ 22,84, para o Programa de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 20 (vinte) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) anteriores à data de outorga em abril de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019.

Os RSUs serão liquidados em 3 tranches, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 10 (dez) pregões antecedentes à data de liquidação. As PS de 2017, de 2018 e de 2019 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado entre 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020, entre 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021 e entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022, respectivamente, for atendido de acordo com os índices estipulados pelo Conselho de Administração para cada Programa. As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

Programa	Tranche	Vencimento	RSUs e PSs em circulação
RSU - 2016	33,3%	27/04/2020	63.648
RSU - 2017	33,3%	26/04/2020	56.691
RSU - 2017	33,3%	26/04/2021	56.691
PS - 2017	100%	26/04/2021	170.243
RSU - 2018	33,3%	26/04/2020	50.657
RSU - 2018	33,3%	26/04/2021	50.506
RSU - 2018	33,3%	26/04/2022	50.506
PS - 2018	100%	26/04/2022	151.668
RSU - 2019	33,3%	26/04/2021	58.097
RSU - 2019	33,3%	26/04/2022	58.097
RSU - 2019	33,3%	26/04/2023	58.098
PS - 2019	100%	26/04/2023	174.922

Em 31 de dezembro de 2019, o montante total provisionado na controladora é de R\$ 1.401 e R\$ 2.411 (R\$ 1.490 e R\$ 2.910 em 2018) e no consolidado é de R\$ 3.146 e R\$ 5.358 (R\$ 3.098 e R\$ 6.326 em 2018) registrados nas rubricas "Outras obrigações", no passivo circulante e não circulante, respectivamente. As ações em tesouraria para fins de utilização dos recursos para o pagamento dos Programas de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 estão demonstradas na nota explicativa nº 21.e).

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.171	5.835	11.818	2.565
Receita com juros - plano de pensão	-	-	751	731
Descontos obtidos e juros ativos	200	104	200	106
Ganho financeiro sobre processos judiciais	1.755	2.343	1.776	2.343
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	2.936	-	3.082
Receita financeira sobre crédito de PIS e Cofins	-	-	42.610	-
Capitalização dos custos sobre empréstimos (CPC 20)	3.660	-	3.660	-
Outras	3.582	1.968	4.529	6.011
Total	18.368	13.186	65.344	14.838
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(71.879)	(52.065)	(160.038)	(171.703)
Juros do plano de pensão	-	-	(12.586)	(11.704)
Atualização monetária das provisões para riscos	(2.936)	(3.247)	(4.768)	(6.559)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.399)	(2.837)	(2.524)	(2.837)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(2.467)	(2.466)	(2.467)	(2.466)
Despesas bancárias	(661)	(2.762)	(36.799)	(29.047)
Outras	(3.350)	(10.867)	(10.942)	(15.098)
Total	(83.992)	(74.244)	(230.124)	(239.414)

**25. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	1.256	5.244	1.256	(15.929)
Empréstimos e financiamentos	(855)	(1.484)	11.416	(9.541)
Fornecedores	(711)	325	8.544	46.418
Aplicação financeira	-	-	(1.082)	(6.878)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(423)	391
Outras	(448)	(1.730)	(14.485)	(5.904)
Total	(758)	2.355	5.124	3.757

**26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de venda de bens	3.121.620	2.751.067	10.768.687	10.338.882
Deduções da receita:				
Impostos sobre vendas	(595.862)	(560.606)	(682.049)	(665.111)
Abatimentos, devoluções e cancelamentos	(15.881)	(11.787)	(70.243)	(57.472)
Receita líquida de vendas	2.509.877	2.178.674	10.016.395	9.616.299

**27. DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Matéria-prima	(1.149.631)	(1.014.646)	(5.263.594)	(5.046.946)
Salários e benefícios	(678.368)	(599.265)	(1.940.399)	(1.782.562)
Materiais/manutenção	(119.183)	(105.567)	(659.292)	(619.972)
Energia elétrica	(52.865)	(46.738)	(343.102)	(318.378)
Depreciação e amortização				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		31/12/2019		31/12/2018		
	Nota explicativa	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	15	9.218	-	39.163	-	-	
Debêntures	15	1.259.110	-	608.992	-	-	
Fornecedores	16	146.238	-	184.963	-	-	
Total		1.414.566	-	833.118	-	-	
		Consolidado		31/12/2019		31/12/2018	
	Nota explicativa	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	5	646.137	-	486.903	-	-	-
Contas a receber de clientes	6	1.029.650	-	1.253.826	-	-	-
Mútuo	10	4.897	-	32.612	-	-	-
Derivativo da opção de compra	11	-	-	-	-	8.244	-
Total		1.680.684	-	1.773.341	-	8.244	-
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	15	1.802.473	-	2.204.713	-	-	-
Debêntures	15	1.259.110	-	608.992	-	-	-
Fornecedores	16	1.126.821	-	1.316.897	-	-	-
Total		4.188.404	-	4.130.602	-	-	-

**b) Valores justos**  
No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado.  
A comparação entre o valor justo e o custo amortizado dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	1.802.473	1.939.928

**c) Gestão de riscos financeiros**

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

**Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de risco. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores	146.238	1.364.097	1.126.821	1.316.897
Empréstimos, financiamentos e debêntures	239.150	70.658	1.889.184	171.160
Total	385.388	1.434.755	3.016.005	1.488.057

**Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	146.238	1.364.097	1.126.821	1.316.897
Empréstimos, financiamentos e debêntures	239.150	70.658	1.889.184	171.160
Total	385.388	1.434.755	3.016.005	1.488.057

(i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 76,4% (78,5% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.

(ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 58,0% (77,2% em 31 de dezembro de 2018) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

(iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 86,7% (85,3% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

**Risco de concentração**

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 65% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

**Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio**

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

**Análise de sensibilidade - consolidado**

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

**i) Seleção dos riscos**

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

**ii) Seleção dos cenários**

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2019.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 31 de dezembro de 2019. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDES para a TJLP, o "site" da B3 S.A. - para a taxa do CDI, o "site" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o IPCA e o portal Bloomberg para a LIBOR.

**Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira**

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas. Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2019, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

Risco da Companhia	Cenário possível	Cenário remoto
Redução da cotação do dólar norte-americano	3.532	7.064

O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 4,0307/US\$ 1,00 (R\$ 3,0230/US\$ 1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$ 2,0154/US\$ 1,00). Os resultados à luz das parâmetros considerados seriam perdas de R\$ 3.532 e R\$ 7.064 nos cenários possível e remoto, respectivamente.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros**

Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
TJLP em 31 de dezembro de 2019	5,57%	6,96%	8,36%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 7.155:			
Despesa financeira estimada	399	498	598
Efeito - perda	-	(99)	(200)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 1 mês	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,76%	2,20%	2,64%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$ 40.335:			
Despesa financeira estimada	711	887	1.065
Efeito - perda	-	(176)	(354)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 3 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,86%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$ 165.821:			
Despesa financeira estimada	3.165	3.963	4.742
Efeito - perda	-	(799)	(1.578)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 6 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,87%
Empréstimo indexado - LIBOR 6 meses - R\$ 272.411:			
Despesa financeira estimada	5.209	6.511	7.818
Efeito - perda	-	(1.302)	(2.609)

Debêntures - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2019	4,40%	5,50%	6,60%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$ 1.273.171:			
Despesa financeira estimada	56.020	70.024	84.029
Efeito - perda	-	(14.005)	(28.010)

**Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros**

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2019	3,99%	3,00%	2,00%
Aplicações financeiras - 91,0% do CDI - R\$ 246.720:			
Receita financeira estimada	9.844	7.402	4.934
Efeito - perda	-	(2.443)	(4.910)

Em dezembro de 2019, as controladas Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.Ş. e Maxion Inci Jant Sanayi A.Ş., em virtude de suas previsões de compras futuras de aço e alumínio e a fim de proteger o risco de variação de preço, assinaram contratos a termo para fixação de preço da referida "commodity". Em 31 de dezembro de 2019, o total das perdas líquidas não realizadas com esses contratos a termo de aço e alumínio, reconhecido na rubrica "matérias-primas" (nota explicativa nº 7), era de R\$ 335, tendo sido registrado em contrapartida à rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" (nota explicativa nº 27) no resultado do exercício.

As operações possuem prazos de liquidação, os quais levam em consideração a previsão das compras, entre um e nove meses da data de contratação. Em 31 de dezembro de 2019, as operações em aberto totalizam nove contratos, com vencimentos previstos entre 31 de janeiro de 2020 a 30 de setembro de 2020 e estão assim resumidas:

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nocional (em milhares)		Perda valor de mercado
			€	R\$	
Estoque	Preço de "commodities"	Turkiye Is Bankasi A.S.	24.973	112.809	(335)

**30. GESTÃO DE CAPITAL**

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).  
A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.258.328	648.155	3.061.583	2.813.705
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(263.853)	(68.788)	(646.137)	(486.903)
Dívida líquida	1.004.475	581.367	2.415.446	2.326.802
Total do patrimônio líquido	3.228.478	2.921.950	3.496.976	3.198.527
Relação dívida líquida sobre patrimônio	31%	20%	69%	73%

**31. RESULTADO POR AÇÃO**

	31/12/2019	31/12/2018
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações	152.553.741	149.704.575
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(1.328.801)	(1.124.119)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	151.224.940	148.580.456
Numerador - básico:		
Lucro líquido do exercício - R\$	337.435.372	201.325.482
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	2.23135	1.35499
Denominador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	151.224.940	148.580.456
Quantidade de ações - referente ao plano de outorga de opção de compra de ações	38.342	52.887
Média ponderada da quantidade de ações	151.263.282	148.633.343
Numerador - diluído:		
Lucro líquido do exercício	337.435.372	201.325.482
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	2.23078	1.35451

**32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em níveis mais detalhados, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

A receita líquida está representada da seguinte forma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Receita líquida	Participação	Receita líquida	Participação
Operações na América do Sul - Brasil	2.680.917	26,8%	2.369.451	24,5%
Operações internacionais:				
América do Norte	3.042.807	30,4%	2.812.052	29,7%
Europa	3.385.710	33,8%	3.512.939	36,3%
Outros	906.961	9,1%	921.857	9,5%
Total	10.016.395	100,0%	9.616.299	100,0%

**33. SEGUROS**

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do seu estoque, imobilizado e responsabilidade civil, entre outros. Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Estoque e imobilizado	Incêndio, raio, explosão, vendaval e quebra de máquinas, entre outros	2.120.540
Garantia	Garantias judiciais, tradicionais e aduaneiras	10.354
Transporte de cargas	Risco rodoviário e responsabilidade civil do transportador de cargas e risco de transporte durante importações e exportações	77.415
Responsabilidade civil e profissional	Reclamações de terceiros, crimes	750.527

**34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

**Transações ocorridas sem desembolso de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aumento de capital mediante dação em pagamentos das debêntures da 7ª emissão, exercício de bônus de subscrição e conversões de debêntures da 6ª emissão	-	130.138	-	130.138
Aquisições de bens do ativo imobilizado a pagar, registrados na rubrica "Fornecedores"	15.896	5.652	48.704	45.649
Aumento de capital a integralizar em controlada	31.714	-	-	-

**35. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS DIRETORES**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e com o respectivo relatório do auditor independente, assim como para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 727/14, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

**36. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

10. acompanhamento do processo de troca dos auditores independentes, participando de reuniões com os potenciais auditores e ao final apresentando a sua opinião ao Conselho de Administração da Companhia.  
Adicionalmente, manifestamos que não foram identificadas situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**Conclusão**  
Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do referido Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório da administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Deloitte Touche

Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 5 de março de 2020.

Edward Ruiz Coordenador Edmilson Baraldi Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da Iochpe Maxion S.A.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**1. Avaliação sobre o reconhecimento de créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS**

**Por que é um PAA?**  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, através de sua controlada direta Maxion Wheels do Brasil Ltda., obteve o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal para os processos referentes a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, garantindo à Companhia e à referida controlada, o direito de reaverem os valores já recolhidos e não prescritos de PIS e COFINS, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS em montantes relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração. O processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de informações, bem como julgamentos significativos da administração sobre a determinação dos montantes reconhecidos.

Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base para mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.  
**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do processo da Administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, avaliação da documentação da decisão judicial e opiniões legais emitidas considerando os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e sua controlada sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido, assim como a análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados, sendo que tais procedimentos foram efetuados com o suporte técnico de especialistas em tributos. Adicionalmente, em base amostral, recalculamos o montante do crédito e solicitamos documentação suporte dos itens selecionados para teste documental, assim como analisamos a estimativa de recuperação dos créditos tributários reconhecidos, bem como sua apresentação entre ativo circulante e não circulante.  
As divulgações da Companhia sobre os saldos de créditos tributários reconhecidos estão apresentadas na nota explicativa nº 8.  
Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que os saldos, assim como as respectivas divulgações quanto ao reconhecimento de créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**2. Redução ao valor recuperável de ativo e de ativo imobilizado - "impairment"**

**Por que é um PAA?**  
A Companhia possui saldos significativos de ativos e de ativos de longo prazo registrados que podem apresentar risco de realização e, consequentemente, a redução de seus valores recuperáveis. O risco dá-se não somente pela relevância dos saldos, como também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ativo", conduzida pela Companhia, e pelo alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da Administração. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.  
**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à análise do valor recuperável dos ativos, além da análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em valuation, quando aplicável, na avaliação e no desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela Administração na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ativo - impairment". Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.  
As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos e do ativo imobilizado, preparado pela Administração da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**  
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.  
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.  
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Fernando Augusto Lopes Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 250631/O-7

Deloitte.

Sumário  
Caderno Empresarial 2

**BALANÇO**  
COLUMBUS HOLDINGS SA ..... 3  
IOCHPE MAXION SA ..... 5

# Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

Portal do Governo | Cidadão.SP | Investe SP | Destaques | OK

Página Inicial | Sobre a Imprensa Oficial | Minha Conta | Central de Atendimento | Fale Conosco | Ouvidoria | Transparência | SIC | Portal RH | Twitter | Facebook

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Entrar | Cadastre-se

Diário Oficial | Certificação Digital | Livraria | Gráfica

**Serviços da Imprensa Oficial**

**Diário Oficial**

busca por palavra desde maio de 1891 [Buscar] [Busca Avançada]

busca por edição desde maio de 1891  
03/01/2018  
Empresarial [ok]  
Para ler o D.O. você precisa do leitor de PDF [instalar]

**Diário Oficial**  
Emergência do HCRP humaniza atendimento com voluntários

**IPVA**  
Valores Venais 2018

**Notificação IPVA**  
FINAL DE PLACA 8

**ARTIGO 115**  
Cargos, Empregos Públicos e Funções-Atividades da Administração

**CONSTITUIÇÕES**  
Brasil / São Paulo

**negócios públicos**  
Pesquisa de licitações, dispensas e das inexigibilidades. [saiba mais]

**consulta de balanços**  
Transparência na gestão financeira das empresas. [saiba mais]

**consulta de leis e decretos**  
Consulta a leis, leis complementares e decretos do Estado... [saiba mais]

**Junta comercial**  
Consulta a documentos e informações cadastrais de empresas registradas na JUCESP. [Consultar]

**e-negocios.informa**  
Receba antecipadamente as informações que serão publicadas no Diário Oficial. [Consultar]

**DO.informa**  
Receba antecipadamente as informações que serão publicadas no Diário Oficial. [Consultar]

**Diário Oficial** Empresarial 2  
Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 44  
São Paulo, sexta-feira, 6 de março de 2020

Página 14

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.imprensaoficial.com.br

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# MOVIMENTO

Essa é a alma do  
nosso negócio.

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
2019



A Iochpe-Maxion é líder global na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos das Américas com 32 unidades fabris que se espalham por 14 países, empregando mais de 15 mil colaboradores.

**Veja nas páginas seguintes os resultados do nosso movimento.**

  
**IOCHPE-MAXION**

# IOCHPE-MAXION

## IOCHPE-MAXION S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ 61.156.113/0001-75



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1) VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A Iochpe-Maxion é uma companhia global, líder mundial na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas.

Contamos com 32 unidades fabris, localizadas em 14 países e cerca de 16 mil funcionários, o que nos capacita a atender os nossos clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

Somos uma Companhia que possui alto nível de conhecimento técnico e que busca constantemente fornecer soluções inovadoras nas áreas em que atuamos, utilizando macro-tendências globais para direcionar o desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias de forma independente ou em cooperação com parceiros estratégicos.

Operamos nosso principal negócio por meio de duas divisões: Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

Na Maxion Wheels, produzimos e comercializamos uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

Na Maxion Structural Components, produzimos longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves.

Adicionalmente, por meio da AmstedMaxion (negócio em conjunto), produzimos rodas e fundidos ferroviários, fundidos industriais e vagões de carga.

#### 2) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi desafiador para o mercado automotivo global. Observamos uma redução na produção mundial de veículos da ordem de 6,0% em relação ao ano anterior, com quedas na Europa, América do Norte e Ásia. No Brasil, a produção seguiu se recuperando, com um crescimento de 2,3%.

Durante o ano, à medida que as expectativas de volume foram se deteriorando, a Companhia reagiu de forma tempestiva, adequando seu planejamento aos novos volumes esperados. Cabe ressaltar que a diversificação geográfica dos negócios proporciona uma proteção natural e maior estabilidade aos resultados da Companhia.

Mesmo diante das adversidades da indústria, a receita líquida em 2019 teve um aumento de 4,2% atingindo R\$ 10,0 bilhões, com EBITDA de R\$ 1,096 bilhão (expansão de 3,7% em relação ao anterior) e margem de 10,9% (comparado a 11,0% em 2018). O lucro líquido atingiu R\$ 337,4 milhões, um avanço de 67,6% em relação ao período anterior, impulsionado por alguns eventos não recorrentes. Em relação à estrutura de capital, terminamos o ano com uma alavancagem financeira líquida de 2,2x, mantendo uma trajetória positiva conforme observado nos últimos anos. Continuamos melhorando o perfil do endividamento. Nesse sentido, realizamos duas emissões no mercado de capitais brasileiro, um empréstimo sindicalizado na Europa e uma renegociação de dívida na América do Norte, entre outras transações. Como isso, conseguimos reduzir o custo da dívida, aumentamos o seu prazo médio, e eliminamos as garantias reais de nossos empréstimos.

Apesar dos desafios de curto prazo, mantivemos o foco em 2019 na execução da estratégia de crescimento e diversificação do portfólio. Inauguramos nossa planta de rodas de alumínio na Índia no 3T e, apesar da queda abrupta da produção no mercado de veículos naquele país em 2019, nossa planta iniciou as operações com alta demanda, provando o potencial do investimento e do mercado de veículos na Índia.

Adicionalmente, concretizamos uma nova parceria com a montadora chinesa Dongfeng, criando a Dongfeng Maxion com o objetivo de construir uma planta de rodas de alumínio na China, com volume inicial de 2 milhões de rodas. Também na Ásia, iniciamos o projeto de aumento de capacidade na planta de rodas de alumínio em Saraburi, na Tailândia.

Na América do Norte, finalizamos no 4T os últimos investimentos na nova fábrica de componentes estampados para veículos comerciais no México. Esta nova unidade contribuirá para a diversificação de produtos e crescimento da divisão de Componentes Estruturais.

No campo da inovação, continuamos nossos esforços em desenvolver soluções para o mercado automotivo. Na divisão de rodas, continuamos focando em redução de peso, conectividade, inteligência artificial e design. Como exemplo, concluímos o processo de desenvolvimento da tecnologia MCPA - Multi Color Paint Application - inspirada no desejo do consumidor de personalização de rodas de alumínio produzidas, nesse caso, em larga escala. Em componentes estruturais, apresentamos produtos com redução significativa de peso e melhorias de processos, como a suspensão dianteira independente para caminhões.

Com o objetivo de estarmos conectados cada vez mais aos temas de inovação, digitalização e ao futuro da indústria automotiva, inauguramos em 2019 o MAT - Maxion Advanced Technologies, um escritório em Berlim, na Alemanha, um dos principais ecossistemas globais de inovação em mobilidade.

No transcurso dos últimos anos, sempre mantivemos nossa flexibilidade e agilidade para nos adaptarmos rapidamente às variações de demanda nos diferentes mercados, sejam elas crescentes ou decrescentes. Continuaremos com essa filosofia, buscando acelerar nosso crescimento, ampliação de nosso portfólio, inovação constante em nossos produtos e processos, e digitalização de nossas atividades para bem atender a demanda de nossos clientes, agregando cada vez mais valor e mantendo o foco na execução da nossa estratégia de longo prazo.

#### 3) DESTAQUES

- Receita operacional líquida consolidada de R\$ 2.338,6 milhões no 4T19 e de R\$ 10.016,4 milhões em 2019, uma redução de 4,8% em relação ao 4T18 e um crescimento de 4,2% em relação a 2018.
- Receita proveniente de vendas domésticas de R\$ 613,6 milhões no 4T19 e de R\$ 2.680,9 milhões em 2019, um crescimento de 1,3% e de 13,1% em relação ao 4T18 e a 2018, respectivamente.
- Redução de 6,8% na receita em Reais proveniente das vendas internacionais no 4T19 e um crescimento de 1,2% em 2019, em relação ao 4T18 e a 2018, respectivamente. Excluindo o efeito da variação cambial, a redução teria sido de 12,8% no 4T19 e de 3,7% em 2019.
- EBITDA de R\$ 215,2 milhões no 4T19 e de R\$ 1.095,8 milhões em 2019, uma redução de 11,3% em relação ao 4T18 e um crescimento de 3,7% em relação a 2018. O EBITDA no 4T19 foi impactado de forma positiva em R\$ 16,0 milhões pelo reconhecimento de parcela do valor relativo às decisões favoráveis em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, e de forma negativa em R\$ 9,8 milhões com ajustes de estrutura na América do Norte, decorrentes da forte queda de produção de veículos nesta região.
- Lucro líquido de R\$ 39,1 milhões no 4T19 (lucro por ação de R\$ 0,2567) e de R\$ 337,4 milhões em 2019 (lucro por ação de R\$ 2,2146), uma redução de 49,0% em relação ao 4T18 e um crescimento de 67,6% em relação a 2018. O lucro líquido no 4T19 foi impactado positivamente em R\$ 20,1 milhões pelo reconhecimento de parcela do valor relativo às decisões favoráveis em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e de forma negativa em R\$ 6,9 milhões com ajustes de estrutura na América do Norte, decorrentes da forte queda de produção de veículos nesta região.
- Deliberação de pagamento de R\$ 126,8 milhões em proventos referentes ao exercício de 2019, sendo R\$ 25,6 milhões em JCP líquidos de IR já declarados e R\$ 101,2 milhões em dividendos.
- Endividamento bancário líquido de R\$ 2.415,4 milhões no 4T19 (R\$ 2.326,8 milhões no 4T18). A alavancagem financeira (endividamento líquido/EBITDA dos últimos 12 meses) representou 2,2x no final de 2019, mesmo nível observado em 2018.
- Renegociação de dívida no México no montante total de US\$ 60,9 milhões com substancial redução de custos e alongamento de prazo.

#### 4) MERCADO

A produção de veículos e máquinas agrícolas, nas regiões onde se concentram o maior percentual do faturamento consolidado da Companhia, apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em unidades):

Segmento	Brasil (1)			NAFTA (2)			Europa (2)		
	4T18	4T19	Var.	4T18	4T19	Var.	4T18	4T19	Var.
Veículos Leves	651.695	654.566	0,4%	4.190.388	3.815.150	-9,0%	4.860.973	4.600.802	-5,4%
Veículos Comerciais	33.765	31.912	-5,5%	150.999	130.659	-13,5%	140.451	122.505	-12,8%
<b>Total Veículos</b>	<b>685.460</b>	<b>686.478</b>	<b>0,1%</b>	<b>4.341.387</b>	<b>3.945.809</b>	<b>-9,1%</b>	<b>5.001.424</b>	<b>4.723.307</b>	<b>-5,6%</b>
Máquinas Agrícolas	19.483	11.862	-39,1%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Segmento 2018</b>	<b>2.018</b>	<b>2.019</b>	<b>Var.</b>	<b>2.018</b>	<b>2.019</b>	<b>Var.</b>	<b>2.018</b>	<b>2.019</b>	<b>Var.</b>
Veículos Leves	2.745.739	2.803.841	2,1%	16.961.923	16.289.892	-4,0%	20.022.396	19.066.172	-4,8%
Veículos Comerciais	134.070	141.147	5,3%	605.874	636.789	5,1%	514.545	510.730	-0,7%
<b>Total Veículos</b>	<b>2.879.809</b>	<b>2.944.988</b>	<b>2,3%</b>	<b>17.567.797</b>	<b>16.926.681</b>	<b>-3,6%</b>	<b>20.536.941</b>	<b>19.576.902</b>	<b>-4,7%</b>
Máquinas Agrícolas	65.656	53.125	-19,1%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Fonte: ANFAVEA

(2) Fonte: IHS Automotive (Veículos Leves) e LMC Automotive (Veículos Comerciais). Europa: Considera EU27 + Turquia

#### 5) DESEMPENHO OPERACIONAL FINANCEIRO

DRE Consolidado - R\$ mil	4T18	4T19	Var.	2018	2019	Var.
Receita Operacional Líquida	2.455.752	2.338.634	-4,8%	9.616.299	10.016.395	4,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(2.149.503)	(2.110.991)	-1,8%	(8.298.023)	(8.831.177)	6,4%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>306.249</b>	<b>227.643</b>	<b>-25,7%</b>	<b>1.318.276</b>	<b>1.185.218</b>	<b>-10,1%</b>
	<b>12,5%</b>	<b>9,7%</b>		<b>13,7%</b>	<b>11,8%</b>	
Despesas Operacionais	(157.246)	(121.040)	-23,0%	(602.326)	(485.061)	-19,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.352)	(2.504)	-42,5%	(14.457)	(23.902)	65,3%
<b>Lucro Operacional (EBIT)</b>	<b>144.651</b>	<b>104.099</b>	<b>-28,0%</b>	<b>701.493</b>	<b>676.255</b>	<b>-3,6%</b>
	<b>5,9%</b>	<b>4,5%</b>		<b>7,3%</b>	<b>6,8%</b>	
Resultado Financeiro	(42.216)	(18.293)	-56,7%	(220.819)	(169.904)	-23,1%
Imposto de Renda/Contribuição Social	18.716	(22.315)	-219,2%	(174.532)	(84.936)	-51,3%
Participação de Não Controladores	(44.474)	(24.382)	-45,2%	(104.817)	(83.980)	-19,9%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>76.677</b>	<b>39.109</b>	<b>-49,0%</b>	<b>201.325</b>	<b>337.435</b>	<b>67,6%</b>
	<b>3,1%</b>	<b>1,7%</b>		<b>2,1%</b>	<b>3,4%</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>242.555</b>	<b>215.195</b>	<b>-11,3%</b>	<b>1.057.068</b>	<b>1.095.809</b>	<b>3,7%</b>
	<b>9,9%</b>	<b>9,2%</b>		<b>11,0%</b>	<b>10,9%</b>	
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.352	2.504	-42,5%	14.457	23.902	65,3%
<b>EBITDA Ajustado sem Equivalência Patrimonial</b>	<b>246.907</b>	<b>217.699</b>	<b>-11,8%</b>	<b>1.071.525</b>	<b>1.119.711</b>	<b>4,5%</b>
	<b>10,1%</b>	<b>9,3%</b>		<b>11,1%</b>	<b>11,2%</b>	

#### 5.1) Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 2.338,6 milhões no 4T19 e R\$ 10.016,4 milhões em 2019, uma redução de 4,8% em relação ao 4T18 e um crescimento de 4,2% em relação a 2018.

A redução da receita líquida observada no 4T19 é explicada pela queda de volume de produção nos principais mercados internacionais. Na América do Norte a receita operacional líquida foi impactada pela queda na produção de veículos e paralisações pontuais de determinados clientes.

A queda da receita na Europa é relacionada a redução de produção de veículos, em especial os veículos comerciais.

Na Ásia, a queda no mercado indiano teve impacto relevante, apesar do crescimento da produção na nova planta de rodas de alumínio naquele país. Adicionalmente, a menor demanda na Tailândia e na África do Sul impactaram de forma negativa a receita na região.

A receita operacional líquida no Brasil apresentou crescimento, apesar da queda na produção de veículos comerciais nesse período e do impacto decorrente da redução das exportações de veículos para a Argentina.

A variação cambial impactou de forma positiva a receita consolidada da Companhia em R\$ 111,6 milhões no 4T19 e em R\$ 359,7 milhões em 2019. Desconsiderando este efeito, a receita operacional líquida consolidada teria apresentado uma queda de 9,3% no 4T19 em relação ao 4T18 e um crescimento de 0,4% em 2019 quando comparada a 2018.

A tabela a seguir apresenta o comportamento da receita operacional líquida consolidada por origem e por tipo de produto, nos períodos indicados.

Receita Operacional Líquida - R\$ mil	4T18	4T19	Var.	2018	2019	Var.
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	115.297	98.378	-14,7%	500.118	487.134	-2,6%
Rodas Aço (Veículos Leves)	97.538	99.419	1,9%	412.645	463.092	12,2%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	145.584	140.411	-3,6%	566.701	650.169	14,7%
Componentes Estruturais (Veículos Leves)	34.089	51.413	50,8%	165.893	193.013	16,3%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	212.994	224.006	5,2%	724.093	887.508	22,6%
<b>América do Sul</b>	<b>605.503</b>	<b>613.627</b>	<b>1,3%</b>	<b>2.369.451</b>	<b>2.680.917</b>	<b>13,1%</b>
	<b>24,7%</b>	<b>26,2%</b>		<b>24,6%</b>	<b>26,8%</b>	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	103.343	96.134	-7,0%	362.206	436.014	20,4%
Rodas Aço (Veículos Leves)	313.665	250.178	-20,2%	1.163.606	1.093.102	-6,1%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	92.088	78.235	-15,0%	336.741	384.414	14,2%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	221.734	213.185	-3,9%	949.498	1.129.276	18,9%
<b>América do Norte</b>	<b>730.830</b>	<b>637.732</b>	<b>-12,7%</b>	<b>2.812.051</b>	<b>3.042.807</b>	<b>8,2%</b>
	<b>29,8%</b>	<b>27,3%</b>		<b>29,2%</b>	<b>30,4%</b>	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	443.699	462.199	4,2%	1.783.382	1.765.859	-1,0%
Rodas Aço (Veículos Leves)	245.999	236.501	-3,9%	958.421	925.762	-3,4%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	189.416	162.148	-14,4%	771.136	694.089	-10,0%
<b>Europa</b>	<b>879.114</b>	<b>860.848</b>	<b>-2,1%</b>	<b>3.512.939</b>	<b>3.385.710</b>	<b>-3,6%</b>
	<b>35,8%</b>	<b>36,8%</b>		<b>36,5%</b>	<b>33,8%</b>	
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	156.983	146.433	-6,7%	583.971	600.613	2,8%
Rodas Aço (Veículos Leves)	17.788	22.602	27,1%	79.223	85.070	7,4%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	65.533	57.392	-12,4%	258.664	221.278	-14,5%
<b>Ásia + Outros</b>	<b>240.304</b>	<b>226.427</b>	<b>-5,8%</b>	<b>921.857</b>	<b>906.961</b>	<b>-1,6%</b>
	<b>9,8%</b>	<b>9,7%</b>		<b>9,6%</b>	<b>9,1%</b>	

#### Receita Operacional Líquida - R\$ mil

	4T18	4T19	Var.	2018	2019	Var.
<b>lochpe-Maxion Consolidado</b>	<b>2.455.751</b>	<b>2.338.634</b>	<b>-4,8%</b>	<b>9.616.299</b>	<b>10.016.395</b>	<b>4,2%</b>
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	
Maxion Wheels	1.986.933	1.850.029	-6,9%	7.776.814	7.806.597	0,4%
	80,9%	79,1%		80,9%	77,9%	
Maxion Structural Components	468.818	488.604	4,2%	1.839.485	2.209.798	20,1%
	19,1%	20,9%		19,1%	22,1%	

#### 5.2) Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 2.111,0 milhões no 4T19 e R\$ 8.831,2 milhões em 2019, uma redução de 1,8% em relação ao 4T18 e um crescimento de 6,4% em relação a 2018. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada aumentou de 87,5% no 4T18 para 90,3% no 4T19 e de 86,3% em 2018 para 88,2% em 2019.

#### 5.3) Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$ 227,6 milhões no 4T19 e de R\$ 1.185,2 milhões em 2019, uma redução de 25,7% em relação ao 4T18 e uma redução de 10,1% em relação a 2018. A margem bruta foi reduzida de 12,5% no 4T18 para 9,7% no 4T19 e de 13,7% em 2018 para 11,8% em 2019.

A redução do lucro bruto no 4T19 está relacionada principalmente à queda nas vendas e produção na Europa, Índia e América do Norte.

#### 5.4) Despesas Operacionais Líquidas

As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 121,0 milhões no 4T19 e R\$ 485,1 milhões em 2019, uma redução de 23,0% em relação ao 4T18 e em 2018. A participação em relação à receita operacional líquida foi reduzida de 6,4% no 4T18 para 5,2% no 4T19 e de 6,3% em 2018 para 4,8% em 2019.

A despesa operacional líquida no 4T19 foi impactada de forma positiva pelo ganho do processo judicial da exclusão do ICMS na base de PIS COFINS em R\$ 16,0 milhões, e de forma negativa em R\$ 9,8 milhões com ajustes de estrutura na América do Norte, decorrentes da forte queda na produção de veículos nesta região. Desconsiderando esses efeitos, as despesas operacionais líquidas teriam apresentado uma redução de 19,1% no 4T19.

#### 5.5) Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo de R\$ 2,5 milhões no 4T19 e de R\$ 23,9 milhões em 2019, uma melhora em relação ao resultado negativo de R\$ 4,4 milhões no 4T18 e uma piora em relação ao resultado negativo de R\$ 14,5 milhões em 2018.

A tabela a seguir apresenta os valores correspondentes às participações societárias da lochpe-Maxion os quais refletem o resultado da equivalência patrimonial na Companhia.

R\$ mil	4T18			4T19			Var.
	Amsted Maxion	Maxion Montich	Total	Amsted Maxion	Maxion Montich	Dongfeng Maxion	
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(1.106)</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(4.352)</b>	<b>1.049</b>	<b>(3.783)</b>	<b>230</b>	<b>42,5%</b>
			<b>2018</b>			<b>2019</b>	
	<b>Amsted Maxion</b>	<b>Maxion Montich</b>	<b>Total</b>	<b>Amsted Maxion</b>	<b>Maxion Montich</b>	<b>Dongfeng Maxion</b>	<b>Var.</b>
	<b>(9.067)</b>	<b>(5.390)</b>	<b>(14.457)</b>	<b>(12.477)</b>	<b>(11.660)</b>	<b>235</b>	<b>-65,3%</b>

#### 5.6) Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro (EBIT)

O EBIT atingiu R\$ 104,1 milhões no 4T19 e R\$ 676,3 milhões em 2019, uma redução de 28,0% em relação ao 4T18 e de 3,6% em relação a 2018. A participação em relação à receita operacional líquida reduziu de 5,9% no 4T18 para 4,5% no 4T19 e foi reduzida de 7,3% em 2018 para 6,8% em 2019.

#### 5.7) Geração de Caixa Bruta (EBITDA)

O EBITDA atingiu R\$ 215,2 milhões no 4T19 e R\$ 1.095,8 milhões em 2019, uma redução de 11,3% e um crescimento de 3,7% em relação ao 4T18 e a 2018, respectivamente. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada reduziu de 9,9%

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 13) INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que durante o exercício de 2019, a Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto, incorreram com os seguintes serviços prestados pelo auditor independente:

**Honorários de auditoria - R\$ 7,8 milhões:** os honorários de auditoria incluem a auditoria das demonstrações financeiras anuais individuais (Práticas contábeis adotadas no Brasil) e consolidadas (IFRS), a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia e auditoria das demonstrações financeiras das controladas e negócios em conjunto no Brasil e no exterior.

**Honorários não relacionados à auditoria - R\$ 0,4 milhão:** os honorários não relacionados à auditoria são referentes a revisão de impostos no exterior.

A Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto em discussão com os seus auditores independentes, concluíram que estes serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade destes, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados. A Iochpe-Maxion adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

## 14) DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório de revisão especial dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

As informações financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS.

O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional da Companhia, ou uma alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Instrução CVM 527 regulamentada em 04/10/12. Com isso, o EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes de juros, Imposto de Renda e Contribuição Social e depreciação/amortização.

Cruzeiro, 5 de março de 2020.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	263.853	66.788	646.137	486.903	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	24.353	178.045	648.697	1.076.149
Contas a receber de clientes	6	264.811	286.183	1.029.650	1.253.826	Fornecedores	16	146.238	184.963	1.126.821	1.316.897
Estoques	7	296.272	382.918	1.328.470	1.448.021	Obrigações fiscais	17	8.460	6.630	121.060	121.901
Impostos a recuperar	8	42.451	30.957	223.589	237.675	Obrigações sociais e trabalhistas	18	111.039	109.277	322.088	328.271
Despesas antecipadas		2.474	1.767	20.210	19.641	Adiantamentos de clientes		17.539	99.664	27.244	109.025
Outros créditos		13.316	8.087	109.565	77.736	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		127.146	99.199	127.147	99.199
Total do ativo circulante		883.177	776.700	3.357.621	3.523.802	Partes relacionadas	10.b	31.714	-	-	-
						Outras obrigações		35.418	41.627	210.561	210.387
						Total do passivo circulante		501.907	720.055	2.583.618	3.261.829
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	8	3.141	8.371	166.759	29.189	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.243.975	470.110	2.412.886	1.737.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	75.075	105.404	306.628	257.517	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	48.051	62.024	83.753	105.150
Depósitos judiciais		52.254	53.454	58.495	59.468	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	174.548	199.862
Partes relacionadas	10.b	4.897	32.612	4.897	32.612	Passivo atuarial de plano de pensão	20	-	-	515.932	471.053
Outros créditos		790	4.055	1.520	4.394	Outras obrigações		13.787	12.052	107.698	45.213
Investimentos	11	3.010.977	2.260.310	74.612	46.803	Total do passivo não circulante		1.305.813	544.186	3.294.817	2.558.834
Imobilizado	12	928.136	896.182	3.590.747	3.398.325	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Intangível	13	67.618	49.103	1.740.135	1.667.080	Capital social	21.a	1.576.954	1.407.536	1.576.954	1.407.536
Direito de uso	14	10.133	-	73.997	-	Opções outorgadas reconhecidas		3.071	3.084	3.071	3.084
Total do ativo não circulante		4.153.021	3.409.491	6.017.790	5.495.388	Reservas de lucros		606.530	393.156	606.530	393.156
						Reserva de capital		6.000	127.006	6.000	127.006
						Ações em tesouraria	21.c	(28.920)	(26.022)	(28.920)	(26.022)
						Ajuste de avaliação patrimonial		1.064.843	1.017.190	1.064.843	1.017.190
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		3.228.478	2.921.950	3.228.478	2.921.950
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	268.498	276.577
						Patrimônio líquido total		3.228.478	2.921.950	3.496.976	3.198.527
						<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.036.198</b>	<b>4.186.191</b>	<b>9.375.411</b>	<b>9.019.190</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial			Lucros do exercício	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
			Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro	Dividendos intermediários	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custo atribuído ao ativo imobilizado				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.051	(1.747)	(12.880)	88.692	714.277	-	-	2.630.505
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.325	221.325	306.142
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	227.625	227.625	22.380	250.005
Aumento de capital	130.138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	428.950	556.147
Reconhecimento de plano de opções de ações	-	112	-	-	-	-	-	-	-	-	130.138	130.138
Exercício de opções de ações	-	(108)	-	-	-	-	-	-	-	-	112	112
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	250	-	-	-	142	142
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(13.392)	-	-	-	(13.392)	(13.392)
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(12.546)	-	12.546	-	-
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(858)	-	-	(858)	(858)
Conversão de debêntures - 6ª emissão	-	-	-	-	-	118.045	-	-	-	118.045	-	118.045
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.272)	(93.272)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	10.694	-	-	-	-	-	(10.694)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	124.045	-	-	-	-	(124.045)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(29.565)	-	-	-	-	(29.565)	-	-	(29.565)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(31.051)	-	-	-	(31.051)	-	-	(31.051)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>1.407.536</b>	<b>3.084</b>	<b>79.510</b>	<b>313.646</b>	<b>(31.051)</b>	<b>127.006</b>	<b>(26.022)</b>	<b>75.288</b>	<b>941.902</b>	<b>2.921.950</b>	<b>276.577</b>	<b>3.198.527</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	337.435	337.435	83.980	421.415
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	53.344	53.344	3.133	56.477
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	53.344	53.344	87.113	477.892
Aumento de capital	39.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.938	39.938
Incorporação de reserva de capital	129.480	-	-	-	-	(129.480)	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de plano de opções de ações	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	23	23
Exercício de opções de ações	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-	-	53	53
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	(2.987)	-	-	-	(2.987)	(2.987)
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(5.327)	5.327	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(364)	-	-	(364)	(364)
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	8.474	-	-	-	8.474	-	8.474
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.192)	(95.192)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	17.138	-	-	-	-	-	(17.138)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	198.802	-	-	-	-	(198.802)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.566)	-	-	-	-	(2.566)	-	-	(2.566)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.822)	-	-	(126.822)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>1.576.954</b>	<b>3.071</b>	<b>96.648</b>	<b>509.882</b>	<b>(31.051)</b>	<b>6.000</b>	<b>(28.920)</b>	<b>69.597</b>	<b>995.246</b>	<b>3.228.478</b>	<b>268.498</b>	<b>3.496.976</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	26	2.509.877	2.178.674	10.016.395	9.616.299
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>(2.123.356)</b>	<b>(1.879.761)</b>	<b>(6.831.177)</b>	<b>(8.298.023)</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		386.521	304.913	1.185.218	1.318.276
Com vendas	27	(14.602)	(12.447)	(53.778)	(75.359)
Gerais e administrativas	27	(112.255)	(101.601)	(482.968)	(477.112)
Honorários da Administração	10.a	(19.086)	(17.116)	(19.086)	(17.116)
Resultado de equivalência patrimonial	11	182.667	143.629	(23.902)	(14.457)
Receitas (Despesas) operacionais, líquidas	28	4.206	(20.188)	70.771	(32.739)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>427.451</b>	<b>297.190</b>	<b>676.255</b>	<b>701.493</b>
Receitas financeiras	24	18.368	13.186	65.344	14.838
Despesas financeiras	24	(83.392)	(74.244)	(230.124)	(239.414)
Varição cambial, líquida	25	(758)	2.355	(5.124)	3.757
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>361.669</b>	<b>238.487</b>	<b>506.351</b>	<b>480.674</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9.b	(23.145)	(7.384)	(178.240)	(148.043)
Diferidos	9.b	(1.089)	(29.778)	93.304	(26.489)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>337.435</b>	<b>201.325</b>	<b>421.415</b>	<b>306.142</b>
ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		337.435	201.325	337.435	201.325
Acionistas não controladores		-	-	83.980	104.817
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:</b>					
BÁSICO - R\$	31	2,23135	1,35499	2,23135	1,35499
DILUÍDO - R\$	31	2,23078	1,35451	2,23078	1,35451

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

RECEITAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas de mercadorias e bens	26	3.105.739	2.739.280	10.698.444	10.281.410
Perdas de crédito esperadas	6	(316)	(1.916)	3.478	(7.302)
Outras receitas		38.710	12.770	140.751	45.722
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUEM ICMS E IPI)</b>		<b>3.144.133</b>	<		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	337.435	201.325	421.415	306.142
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ganhos na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	82.523	239.622	85.656	262.002
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos	(29.179)	(11.997)	(29.179)	(11.997)
Total dos outros resultados abrangentes	53.344	227.625	56.477	250.005
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>390.779</b>	<b>428.950</b>	<b>477.892</b>	<b>556.147</b>
<b>ATRIBUÍVEL AOS:</b>				
Acionistas controladores	390.779	428.950	390.779	428.950
Acionistas não controladores	-	-	87.113	127.197
	<b>390.779</b>	<b>428.950</b>	<b>477.892</b>	<b>556.147</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3. As atividades da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 23 unidades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 2.

2. EMPRESAS DA COMPANHIA

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	País	Atividade	Participação direta - %		Participação indireta - %	
			12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(b) (e)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(c)	-	-	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil	-	66,66	66,66	33,33	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Tailândia	(c)	8,15	8,15	91,84	91,84
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(g)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	-	100,00	100,00
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosí, S.A. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings, LLC	EUA	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
HLI Delaware Holdings, LLC	EUA	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Akron LLC	EUA	(a)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.A.R.L.	Luxemburgo	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels EAAP Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italy Holding, S.r.l.	Itália	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Germany Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Königswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	-	85,00	85,00
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	Brasil	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	-	60,00	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	-	60,00	60,00

(a) Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.

(b) Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.

(c) Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
  - Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
  - Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.
- A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que fazem parte do custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira;
- Variações cambiais decorrentes de transações contratadas para proteção (*hedge*) contra riscos de câmbio; e
- Nas demonstrações financeiras consolidadas, variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado mediante a alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio fluem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas

em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira (atribuídas às participações minoritárias, conforme apropriado).

Na alienação de uma operação no exterior (isto, alienação da participação total da Companhia em uma operação no exterior, ou alienação envolvendo perda de controle sobre uma controlada que inclui operações no exterior ou alienação parcial de participação em acordo conjunto ou coligada que inclui uma operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira referente a essa operação atribuível aos proprietários da Companhia é reclassificado para o resultado.

Adicionalmente, no caso de alienação parcial de uma controlada que inclui operação no exterior que não represente perda de controle da Companhia sobre a controlada, as parcelas proporcionais das diferenças cambiais acumuladas são realocadas para participações minoritárias e não é reconhecida no resultado.

Para todas as demais alienações parciais (ou seja, as alienações parciais de coligadas ou acordos em conjunto que não representem perda significativa de influência ou controle conjunto da Companhia), a parcela proporcional das diferenças cambiais acumuladas é reclassificada para o resultado.

O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Taxa final</b>		
Dólar norte-americano - US\$	4,0307	3,8748
Euro - €	4,5305	4,4390
<b>Taxa média</b>		
Dólar norte-americano - US\$	3,9451	3,6544
Euro - €	4,4155	4,3092

Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

- Perdas de crédito esperadas.
- Perdas dos estoques.
- Avaliação do valor recuperável do ágio.
- Imposto de renda e contribuição social.
- Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.
- Obrigações de planos de pensão.
- Gestão de risco e instrumentos financeiros.
- Avaliação sobre se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável.

Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture.

Consolidação das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas - incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.
- Eliminação das transações intercompanhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas da Companhia. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE

4.1.1. IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))

a) Impacto geral da adoção da IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16 introduziu um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituiu as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia foi em 1º de janeiro de 2019.

(d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.

(e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).

(f) Comercialização de rodas leves e pesadas.

(g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.

Participação em negócios em conjunto

A Companhia, por meio da Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba - Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves.

Participação em coligadas

Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.

A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFundição"), sua coligada localizada na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias. A AmstedMaxionFundição, por meio da Greenbrier Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("GreenbrierMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários.

Em 1º de novembro de 2019, em linha com sua estratégia de negócios, a Companhia alienou aos demais acionistas da AmstedMaxionFundição participação acionária representando 18,25% do capital social da referida sociedade, pelo preço total de R\$ 20.093, de forma que Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e Greenbrier do Brasil Participações Ltda. passaram a deter, respectivamente, 51% e 29,5% do capital social da AmstedMaxionFundição, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 1º de agosto de 2019. Em decorrência da referida alienação, a Companhia reduziu sua participação acionária na AmstedMaxionFundição para 19,5%, que passou a ser sua coligada, em razão da influência significativa exercida pela Companhia, evidenciada por direitos oriundos do acordo de acionistas firmado em 28 de abril de 2017 e aditado em 1º de novembro de 2019, continuando o investimento a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A referida operação resultou em uma perda líquida de R\$ 992.

DongFeng Maxion Wheels Ltd.

A Companhia, por meio da DongFeng Maxion Wheels Ltd. ("DongFengMaxion"), sua coligada localizada em Suizhou, província de Hubei, China, produzirá e comercializará rodas de alumínio para veículos comerciais e leves voltadas ao mercado chinês. A DongFengMaxion encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia exerce influência significativa na coligada, evidenciada pela indicação de membros do Conselho de Administração e outros direitos oriundos de um Contrato de Investimentos firmado com a DongFeng Motor Chassis Systems.

Em 31 de dezembro de 2019, o investimento no negócio em conjunto Maxion Montich e coligadas AmstedMaxionFundição e DongFengMaxion, com 50%, 19,5% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os principais grupos das demonstrações financeiras do negócio em conjunto e das coligadas estão apresentados a seguir:

	Maxion Montich		AmstedMaxionFundição		DongFengMaxion	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Balancos patrimoniais</b>						
Ativo circulante	76.386	107.490	86.832	82.955	59.037	-
Ativo não circulante	85.340	79.057	338.227	363.245	11.673	-
Passivo circulante	(110.127)	(125.578)	(108.412)	(150.101)	(1.920)	-
Passivo não circulante	(34.044)	(39.619)	(156.155)	(178.964)	-	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	17.498	21.313	81.851	117.135	34.395	-
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	57	37	78.641	-	34.395	-
Patrimônio líquido total	<b>17.555</b>	<b>21.350</b>	<b>160.492</b>	<b>117.135</b>	<b>68.790</b>	<b>-</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>						
Receita líquida de vendas	212.512	180.129	352.119	337.870	-	-
Custo dos produtos vendidos	(193.295)	(166.450)	(314.671)	(301.987)	-	-
Despesas operacionais	(12.787)	(24.633)	(55.518)	(60.500)	-	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(33.807)	-	(17.405)	-	550	-
Imposto de renda e contribuição social	4.057	174	2.328	598	(80)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	<b>(23.320)</b>	<b>(10.780)</b>	<b>(33.147)</b>	<b>(24.019)</b>	<b>470</b>	<b>-</b>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

## a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No País	218.408	223.217	234.991	255.230
No exterior	12.268	4.873	787.053	984.351
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	37.018	60.986	17.573	28.348
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.883)	(2.893)	(9.967)	(14.103)
Total	264.811	286.183	1.029.650	1.253.826

## Movimentação na provisão para expectativa de perdas de créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(2.893)	(2.057)	(14.103)	(7.834)
Valores recuperados	7.050	1.142	16.416	3.903
Valores baixados como incobráveis	326	1.080	1.470	1.430
Complementos	(7.366)	(3.058)	(12.938)	(11.205)
Variação cambial	-	-	(812)	(397)
Saldo no fim do exercício	(2.883)	(2.893)	(9.967)	(14.103)

## b) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	215.984	246.559	907.508	1.131.214
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	39.408	27.291	88.810	98.898
De 31 a 60 dias	3.415	2.880	16.807	10.770
De 61 a 90 dias	1.065	1.011	8.271	3.904
De 91 a 180 dias	4.152	8.332	10.114	14.117
Acima de 180 dias	3.670	3.003	8.107	9.026
Total	267.694	289.076	1.039.617	1.267.929

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	61.027	50.249	376.815	379.501
Produtos em elaboração e semiacabados	63.813	69.375	262.132	254.956
Ferramentais para revenda em elaboração	25.382	82.110	88.978	153.075
Matérias-primas	77.026	92.694	318.360	377.613
Materiais auxiliares e embalagens	76.154	67.570	318.026	284.931
Adiantamentos a fornecedores	10.287	34.908	27.906	53.679
Importações em andamento	3.424	8.545	3.861	10.021
Provisão para perdas	(20.841)	(22.533)	(67.608)	(65.755)
Total	296.272	382.918	1.328.470	1.448.021

## Movimentação na provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(22.533)	(12.539)	(65.755)	(50.144)
Movimentação	1.692	(9.994)	(358)	(11.071)
Variação cambial	-	-	(1.495)	(4.540)
Saldo no fim do exercício	(20.841)	(22.533)	(67.608)	(65.755)

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	22.888	16.515	89.158	86.018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.172	13.186	21.199	19.341
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	305	885	653	1.219
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	3.068	5.628	4.224	6.757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (i)	2.575	1.813	99.739	2.710
Programa de Integração Social - PIS (i)	575	386	21.663	2.347
Outros	1.009	915	2.784	1.008
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	67.082	80.490
Turquia	-	-	17.724	29.135
Índia	-	-	440	-
Índia Alumínio (ii)	-	-	50.837	15.913
Alemanha	-	-	4.040	13.389
Outros países	-	-	10.805	8.537
Total	45.592	39.328	390.348	266.864
Circulante	42.451	30.957	223.589	237.675
Não circulante	3.141	8.371	166.759	29.189

(i) A Companhia obteve decisões favoráveis transitadas em julgamento em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins referentes ao período de 2005 a 2019. Os efeitos dessas decisões foram apurados pela Companhia e foram reconhecidos R\$ 75.023 na rubrica de "Outras receitas operacionais" e R\$ 42.610 na rubrica "Receitas financeiras".

(ii) Créditos constituídos na aquisição de ativo imobilizado, importação de mercadorias, importação de matéria-prima e demais itens em período pré-operacional.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais	97.055	146.629	201.326	240.691
Base negativa de contribuição social	39.582	51.006	51.856	65.239
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16.338	21.088	31.571	29.901
Provisão para participação nos resultados	14.530	14.430	14.530	14.430
Crédito de pagamentos efetuados no exterior (ii)	43.921	-	43.921	-
Provisão para perdas nos estoques	7.086	7.662	16.250	13.197
Provisão para expectativa de perdas de créditos	1.428	1.026	10.416	7.820
Provisão para passivo atuarial	-	-	83.623	69.871
Propriedade intelectual (i)	-	-	65.863	-
Diferença de depreciação e amortização	(91.274)	(85.669)	(318.022)	(325.376)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(36.625)	(40.182)	(36.625)	(40.182)
Amortização fiscal de ágio	(40.465)	(40.465)	(40.465)	(40.465)
Outros	23.499	29.879	7.836	22.529
Total	75.075	105.404	132.080	57.655
Ativo tributário diferido líquido	75.075	105.404	306.628	257.517
Passivo tributário diferido líquido	-	-	(174.548)	(199.862)

(i) Em 31 de março de 2019, a Maxion Wheels USA LLC ("MW USA") efetuou a transferência de seus ativos de propriedade intelectual para a Maxion Wheels EAAP Holding GmbH ("EAAP") a fim de atribuir a titularidade de tais ativos à pessoa jurídica que passou a desenvolver as atividades funcionais e concentrar os custos de desenvolvimento e de manutenção dos ativos em questão. A transferência entre as entidades foi efetuada a valor de mercado e gerou um ganho de capital no valor de US\$ 50,5 milhões para a MW USA, que foi integralmente compensado com o saldo de prejuízo fiscal dessa entidade. A diferença entre o valor fiscal e o valor contábil da contribuição dos ativos resultou no reconhecimento contábil de um ativo diferido de imposto de renda na entidade receptora, EAAP, que, de acordo com as regras contábeis locais, será amortizado no prazo de quinze anos.

(ii) Saldo de crédito de imposto sobre a renda pago no exterior passível de compensação com IRPJ e CSLL devidos no Brasil decorrente da adição de lucros auferidos no exterior nos anos de 2015, de 2016 e de 2018, nos quais a entidade brasileira controladora (IMSA) registrou lucro real negativo antes da referida adição.

## Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
lochpe Maxion S.A. (controladora)	136.637	197.635
lochpe Holdings, LLC e controladas	116.545	108.295
Total	253.182	305.930

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações, gerados por algumas de suas controladas no exterior, conforme segue:

País	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor (iii)	Prescrição	Limite por ano	Valor (iii)
Estados Unidos da América - Federal (i)	627.574	2026 a 2038	(iv)	650.089
Estados Unidos da América - Estadual (i)	470.751	2021 a 2039	(ii)	398.567
China (i)	65.296	2020 a 2023	Não há	67.022
Espanha (i)	25.659	Não há	25% a 50%	22.086
África do Sul (i)	97.705	Não há	Não há	72.002
Tailândia (i)	20.976	2020 a 2021	Não há	28.407
Austria (i)	33.171	Não há	75%	11.475
Índia (i)	29.781	2026 a 2027	Não há	-
Total	1.370.913			1.249.648

(i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.

(ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

(iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.

(iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a Lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2019, nos seguintes exercícios:

	R\$
2020	22.351
2021	20.723
2022	22.701
2023	25.441
2024	29.701
2026 até 2030	132.265
Total	253.182

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração premissas financeiras e de negócios.

## b) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	361.669	238.487	506.351	480.674
Alíquota combinada - %	34	34	34	34
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	(122.967)	(81.086)	(172.159)	(163.429)
Resultado de equivalência patrimonial	62.107	48.834	(8.127)	(4.915)
Despesas indedutíveis	(1.706)	(1.573)	(18.409)	(27.640)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	13.659	43.060
Impostos sobre distribuição de dividendos no exterior	-	-	(19.548)	(20.359)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior	-	-	26.211	30.877
Crédito tributário de controladas	-	-	19.385	58.629

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Efeito de tradução (moeda local x funcional)	-	-	(5.635)	(17.299)
Propriedade intelectual (i)	-	-	65.863	-
Benefício dos projetos de inovação tecnológica	3.483	-	3.483	-
Crédito sobre pagamento de imposto	27.518	-	27.518	-
Créditos autorizados por decisão judicial transitada em julgado	-	1.659	-	1.659
Benefício dos juros sobre capital próprio	9.587	36.957	9.587	36.957
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	-	(40.135)	-	(40.135)
Outros	(2.256)	(1.818)	(26.764)	(71.937)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	(24.234)	(37.162)	(84.936)	(174.532)
Correntes	(23.145)	(7.384)	(178.240)	(148.043)
Diferidos	(1.089)	(29.778)	93.304	(26.489)

(i) Vide detalhes na nota explicativa nº 9.a).

## 10. PARTES RELACIONADAS

## a) Remuneração da Administração

	31/12/2019	31/12/2018
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	19.086	17.116
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	65.676	73.470
Participação nos resultados pactuados no Brasil (bônus)	15.699	19.422
Participação nos resultados pactuados no exterior (bônus)	15.709	19.159

A Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$ 1.168 (R\$ 1.003 em 2018), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 23.

b) Transações com partes relacionadas  
Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto operações entre estes, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, entre outras, contratos de serviços compartilhados, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

## b.1) Controladora

	31/12/2019		31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Contas a receber	Mútuo (i)	Outras contas a pagar	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	417	4.897	-	29.249	-
lochpe-Maxion Austria GmbH (ii)	-	-	31.714	-	-
lochpe Holdings, LLC e controladas	18.985	-	-	138.675	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	2.256	-	2	8.110
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	663	-	-	13.756	-
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	30	-	-	-	-
Maxion Montich S.A.	16.923	-	-	37.618	-
Total	37.018	4.897	2.256	31.714	219.300

	31/12/2019		31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	5.213	32.612	-	38.546	-
lochpe Holdings, LLC e controladas	27.545	-	-	142.472	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	-	4.423	-	4.443
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	5.093	-	-	39.223	-
Maxion Montich S.A.	23.135	-	-	40.069	-
Total	60.986	32.612	4.423	260.310	4.443

(i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado em 28 de abril de 2017, com a AmstedMaxionFundição, no valor de R\$ 4.840 acrescido de R\$ 57 de juros, para o pagamento de dívidas preexistentes, remunerado semestralmente pela variação do CDI, acrescida de 2% ao ano, com vencimento do principal em 28 de abril de 2020, sujeito à prorrogação por períodos adicionais de um ano, salvo mediante prévia notificação em contrário da Companhia. A realização do crédito está suportada, substancialmente, pelos resultados futuros da AmstedMaxionFundição, consoante ao seu plano de negócios.

(ii) Referente ao aumento de capital a integralizar na controlada lochpe-Maxion Áustria no valor de € 7.000mil, conforme nota explicativa nº 11 b) item (

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## c) Informações das empresas controladas, negócio em conjunto e coligadas

	31/12/2019								
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Iochepe Maxion	-	100	7.230.472	4.101.985	1.334.964	2.854.809	273.678	7.597.503	210.254
Austria GmbH (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	98.009	22.636	328.585	75.373	-	66.891	(4.915)
Remon Resende Montadora Ltda.	90	100	1.893	886	90	1.007	-	2.673	591
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	-	209.508	146.033	154.963	63.475	-	320.639	7.831
Maxion Montich S.A.	2.813	50	161.726	144.171	4.487	17.498	57	212.512	(23.320)
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	28.274.461	19,50	425.059	264.567	261.201	81.851	78.641	352.119	(33.147)
DongFeng Maxion Wheels Limited (i)	-	50	70.710	1.920	68.322	34.395	34.395	-	470

	31/12/2018								
	Nº de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Iochepe Maxion	-	100	6.990.468	4.526.306	892.790	2.183.544	280.618	7.629.748	166.993
Austria GmbH (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	92.446	66.928	267.058	25.518	-	58.079	(9.324)
Remon Resende Montadora Ltda.	90	100	1.269	860	90	409	-	2.074	373
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	8,15	184.521	135.006	124.192	49.515	-	313.790	785
Maxion Montich S.A.	2.813	50	186.547	165.197	5.316	21.313	37	180.129	(10.780)
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	14.566.122	37,75	446.200	329.065	184.685	117.135	-	337.870	(24.019)

(i) De acordo com as respectivas legislações locais, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.

## d) Detalhes sobre controladas que possuem participação de acionistas não controladores

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação de não controladores	
			31/12/2019	31/12/2018
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Kalyani Maxion Wheels Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	15%	15%

As demonstrações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais a Companhia possui participações estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia:

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Balancos patrimoniais</b>						
Ativo circulante	373.749	360.778	168.819	189.840	90.949	117.989
Ativo não circulante	362.672	365.045	97.766	95.653	125.487	129.657
Total do ativo	736.421	725.823	266.585	285.493	216.436	247.646
Passivo circulante	220.923	211.099	85.051	89.494	73.278	93.268
Passivo não circulante	52.893	46.847	20.150	20.475	17.143	26.265
Patrimônio líquido	462.605	467.877	161.384	175.524	126.015	128.113
Total do passivo e patrimônio líquido	736.421	725.823	266.585	285.493	216.436	247.646
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	185.042	187.151	64.554	70.210	18.902	19.217

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Demonstrações do resultado</b>						
Receita líquida de vendas	1.210.152	1.142.692	358.545	385.976	273.792	361.318
Custo dos produtos vendidos	(955.619)	(893.049)	(282.104)	(295.292)	(260.266)	(327.865)
Lucro bruto	254.533	249.643	76.441	90.684	13.526	33.453
Despesas operacionais, líquidas	(52.163)	(32.763)	(23.033)	(18.167)	(21.458)	(21.344)
Impostos sobre o lucro	(37.304)	(18.286)	(8.899)	(11.952)	8.933	(4.559)
Lucro líquido do exercício	165.066	198.594	44.509	60.565	1.001	7.550
Lucro líquido dos acionistas não controladores	66.026	79.438	17.804	24.226	150	1.133

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Resumo do fluxo de caixa</b>						
Operacional	22.620	14.961	204.999	222.292	80.106	56.714
Investimentos	(12.722)	(9.355)	(36.306)	(56.738)	(18.098)	(18.623)
Financiamentos	(16.126)	4.752	(164.203)	(168.415)	(58.422)	(57.768)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	88	(609)	(4.541)	(13.338)	(680)	1.604
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(6.140)	9.749	(51)	(16.199)	2.906	(18.073)

Em 2019, foram pagos a títulos de dividendos obrigatórios para os acionistas não controladores os montantes de R\$ 70.683 e R\$ 24.509 nas controladas indiretas Maxion Inci Jant Sanayi, A.S. e Ticaret A.S., respectivamente.

## 12. IMOBILIZADO

## a) Controladora

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (i)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros	Total
Adições	438	3.093	-	50.856	7.856	267	9.075	71.585
Baixas líquidas	(38)	(7.116)	-	(964)	(9.317)	(11)	(3.713)	(21.159)
Depreciação	(7.231)	(38.948)	-	-	(1.888)	(3.169)	(6.455)	(57.691)
Transferências	748	9.562	-	(11.275)	372	843	35	285
Saldo em 31 de dezembro de 2018	151.069	535.006	24.251	94.244	21.324	26.403	43.885	896.182
Adições	22	5.056	-	55.661	10.060	-	29.283	100.082
Baixas líquidas	-	(4.467)	-	-	(7.051)	-	(67)	(11.585)
Depreciação	(7.679)	(39.117)	-	-	(1.686)	(3.354)	(5.995)	(57.831)
Transferências	23.541	37.313	2.201	(39.024)	1.689	(23)	(24.409)	1.288
Saldo em 31 de dezembro de 2019	166.953	533.791	26.452	110.881	24.336	23.026	42.697	928.136
Em 31 de dezembro de 2018	251.060	1.055.359	24.251	94.244	25.844	82.738	108.624	1.642.120
Depreciação acumulada	(99.991)	(520.353)	-	-	(4.520)	(56.335)	(64.739)	(745.938)
Saldo contábil líquido	151.069	535.006	24.251	94.244	21.324	26.403	43.885	896.182
Em 31 de dezembro de 2019	274.877	1.074.291	26.452	110.881	29.651	82.831	111.705	1.710.688
Depreciação acumulada	(107.924)	(540.500)	-	-	(5.315)	(59.805)	(69.008)	(782.552)
Saldo contábil líquido	166.953	533.791	26.452	110.881	24.336	23.026	42.697	928.136

## b) Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (ii)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros	Total
Adições	19.190	64.361	-	331.619	32.388	13.748	27.819	489.125
Baixas líquidas	(242)	(11.937)	-	(1.019)	(10.704)	(957)	(4.064)	(28.923)
Depreciação	(31.944)	(254.496)	-	-	(16.220)	(18.843)	(15.527)	(337.030)
Transferências	14.112	184.797	11.496	(210.758)	675	6.454	(7.099)	(323)
Variação cambial	49.731	139.398	20.669	27.939	4.733	2.524	7.391	252.385
Saldo em 31 de dezembro de 2018	615.263	1.895.514	238.879	380.439	73.814	58.024	136.392	3.398.325
Adições (iii)	1.550	49.493	-	377.987	26.442	18.980	33.318	507.770
Baixas líquidas	(401)	(10.259)	-	(3.668)	(7.888)	(1.978)	(796)	(24.990)
Depreciação	(35.073)	(273.585)	-	-	(19.553)	(21.747)	(17.970)	(367.928)
Transferências (iv)	113.953	325.494	20.997	(421.405)	2.949	25.671	(66.432)	1.227
Variação cambial	13.120	37.913	6.407	14.579	971	1.801	1.552	76.343
Saldo em 31 de dezembro de 2019	708.412	2.024.570	266.283	347.932	76.735	80.751	86.064	3.590.747
Em 31 de dezembro de 2018	993.951	4.002.538	238.879	380.439	121.838	236.075	294.592	6.268.312
Custo	(378.688)	(2.107.024)	-	-	(48.024)	(178.051)	(158.200)	(2.869.987)
Saldo contábil líquido	615.263	1.895.514	238.879	380.439	73.814	58.024	136.392	3.398.325
Em 31 de dezembro de 2019	1.126.184	4.552.871	266.283	347.932	144.714	291.279	261.277	6.990.540
Depreciação acumulada	(417.772)	(2.528.301)	-	-	(67.979)	(210.528)	(175.213)	(3.399.793)
Saldo contábil líquido	708.412	2.024.570	266.283	347.932	76.735	80.751	86.064	3.590.747

(i) Em 31 de dezembro de 2019, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$ 2.282 (R\$ 24.372 em 31 de dezembro de 2018); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 102.330 (R\$ 65.385 em 31 de dezembro de 2018); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 6.269 (R\$ 4.487 em 31 de dezembro de 2018), referentes à expansão da unidade de Cruzeiro.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019, são compostas por projetos relativos a: (1) edificações, no montante de R\$ 3.156 (R\$ 49.070 em 31 de dezembro de 2018); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 323.630 (R\$ 296.935 em 31 de dezembro de 2018); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 21.145 (R\$ 34.434 em 31 de dezembro de 2018), referentes às expansões das unidades de México, Cruzeiro, República Tcheca e Índia.  
(iii) Do total de adições no exercício, a maior parte das aplicações de recursos foi realizada pelas unidades de Maxion Wheels, Maxion Wheels Índia, Cruzeiro e Imagusa nos montantes de R\$ 259.958, R\$ 69.098, R\$ 65.470 e R\$ 58.991, respectivamente.  
(iv) Em 2019, contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" no valor de R\$ (338), e entre as rubricas "Estoque" e "Ativo imobilizado" no valor de R\$ 1.565.

Os valores dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em operações de empréstimos e financiamentos estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

## 13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

Ativos com vida útil definida	Relacionamento com clientes		Direito de uso do terreno		Outros	Total
	Software	Outros	Software	Outros		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	92.243	17.000	5.453	2.488	-	117.184
Adições	-	24.924	-	2.345	-	27.269
Baixas líquidas	-	184	-	-	-	184
Amortização	(7.236)	(8.822)	(148)	(2.279)	-	(18.545)
Transferências	-	645	-	-	-	645
Variação cambial	15.369	1.173	585	273	-	17.400
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.376	35.044	5.890	2.827	-	144.137
Adições	-	22.687	-	1.874	-	24.561
Baixas líquidas	-	(783)	-	(8)	-	(791)
Amortização	(7.811)	(5.573)	(153)	(1.843)	-	(15.380)
Transferências (a)	-	338	-	(21)	-	317
Variação cambial	3.869	(184)	159	27	-	3.871
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96.434	51.529	5.896	2.856	-	156.715
Em 31 de dezembro de 2018	153.442	89.318	7.567	48.933	-	299.260
Custo	(53.066)	(54.274)	(1.677)	(46.106)	-	(155.123)
Saldo contábil líquido	100.376	35.044	5.890	2.827	-	144.137
Em 31 de dezembro de 2019	159.615	83.398	7.775	51.298	-	302.086
Custo	(63.181)	(31.869)	(1.879)	(48.442)	-	(145.371)
Saldo contábil líquido						

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar			
				31/12/2019	31/12/2018		
Debêntures simples da 8ª emissão	CDI	1,40	Março de 2023	1.909	4.564	452.884	453.223
Debêntures simples da 9ª emissão	CDI	0,80	Fevereiro de 2026	831	6.785	453.829	-
Debêntures simples da 10ª emissão	CDI	0,75	Setembro de 2024	2	2.712	352.397	-
Total de debêntures				2.742	14.061	1.259.110	608.992
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				8.615	29.048	3.061.583	2.813.705
Passivo circulante				659.566	1.091.381	-	-
Custos a amortizar				(10.869)	(15.232)	-	-
Total				648.697	1.076.149	-	-
Passivo não circulante				2.431.065	1.761.399	-	-
Custos a amortizar				(18.179)	(23.843)	-	-
Total				2.412.886	1.737.556	-	-

- (i) Representa o valor nominal de US\$ 60.900 mil decorrente de empréstimo captado por meio da controlada indireta Ingeniería Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Imagusa") com o Itaú BBA Internacional PLC, cujo prazo de vencimento final previsto é 27 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo no consolidado de R\$ 230.227. Esse empréstimo possui os índices financeiros conforme descritos na seção "Condições das Debêntures", item (b).
- (ii) O financiamento com o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME - PSI estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos, no valor líquido de R\$ 1.819 na controladora e R\$ 1.819 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.309 na controladora e R\$ 7.751 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Capital de giro em rupia entre a Kalyani Maxion Wheels Limited - Índia e bancos locais, sendo este garantido com recebíveis da planta da Índia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 15.093.
- (iv) Empréstimo de longo prazo no Banco Bladex S.A., com a finalidade de investir em ativo fixo e capital de giro, no valor de US\$ 11.600 mil captado em 2015. Em 2016, a Companhia contratou um adicional de US\$ 13.400 mil. Em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo no consolidado de R\$ 25.846 (R\$ 44.703 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) A controlada Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V., captou empréstimo de capital de Giro em US\$ no valor total de principal de US\$ 41.000 mil, junto dois bancos no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$ 165.821 (R\$ 159.553 em 31 de dezembro de 2018).
- (vi) Em 25 de fevereiro de 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o. e a controlada direta lochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de € 200.000 mil com taxa de 2,75% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024, com dois anos de carência, e os recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo é de R\$ 897.916. O referido empréstimo possui "covenants", os quais possuem os mesmos índices financeiros.
- (vii) Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rupia com taxa de MCLR ("Marginal Cost of Funds Based Lending Rate") + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 123.248. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.
- (viii) Em 12 de julho de 2019, a controlada lochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo de capital de giro, no montante de € 55.000 mil com taxa de 1,15% a.a., e vencimento em 3 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era R\$ 249.355. O valor remanescente se refere a Maxion Wheels España S.L. com vencimento em julho de 2026 e antecipação de recebíveis na controlada indireta Maxion Wheels Czech s.r.o. com vencimento em janeiro de 2020.
- (ix) Em 12 de novembro de 2019, a controlada indireta Ingeniería Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Imagusa") contratou empréstimo de capital de Giro em US\$ com o banco local com vencimento para novembro de 2020, em 31 de dezembro o saldo é de R\$ 40.335.

## Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	570.449	2.843.276
Captações	465.638	2.001.080
Provisão de juros e variação cambial	55.520	202.440
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	(105.545)	(105.545)
Passivo financeiro sobre debêntures simples com bônus de subscrição - 7ª emissão	(4.281)	(4.281)
Amortização do principal	(279.357)	(2.242.812)
Pagamento de juros	(47.797)	(173.932)
Custo a amortizar	(6.472)	(19.227)
Variação cambial na conversão	-	312.706
Saldo em 31 de dezembro de 2018	648.155	2.813.705
Captações	933.014	2.576.517
Provisão de juros e variação cambial	74.312	188.959
Amortização do principal	(315.417)	(2.387.914)
Pagamento de juros	(61.474)	(169.672)
Custo a amortizar	(10.262)	(22.701)
Variação cambial na conversão	-	62.689
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.268.328	3.061.583

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2021	2.841	72.467
2022	224.932	598.368
2023	564.898	936.687
2024	341.386	694.420
2025 em diante	109.918	110.944
Total	1.243.975	2.412.886

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia, no valor líquido de R\$ 511.869 (R\$ 595.489 em 31 de dezembro de 2018).

## Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfrica, em série única, (ii) debêntures simples de 9ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfrica, em duas séries; e (iii) debêntures simples de 10ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfrica, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração.

As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2019
8ª emissão	Simple	450.000	28/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,40% a.a.	452.884
9ª emissão	Simple	450.000	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,80% a.a.	453.829
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	352.397

## 8ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

- a) As debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura. Sobre o saldo devedor do valor nominal da 8ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI acrescido de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes.
- Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

## 9ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

- a) Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia concretizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM 476), no valor total de R\$ 450.000, distribuídas em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$ 338.800 com prazo de vencimento de cinco anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2024, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, e a segunda série no valor total de R\$ 111.200 com prazo de vencimento de sete anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2026, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,95% ao ano, base 252 dias úteis.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes. Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

## 10ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

- a) Em 16 de setembro de 2019, a Companhia concretizou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM 476), no valor total de R\$ 350.000, de série única, com prazo de vencimento em 16 de setembro de 2024, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes. Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

## 16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No País	141.818	177.531	149.658	194.036
No exterior	2.164	3.009	977.163	1.122.861
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	2.256	4.423	-	-
Total	146.238	184.963	1.126.821	1.316.897

## 17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda de controladas no exterior	-	-	47.587	56.961
ICMS	2.249	1.416	2.461	1.506
IPI	484	513	484	533
Cofins	415	16	436	225
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.320	3.873	4.538	3.619
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	116	261	116	261
Outras	876	551	3.726	1.326
IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	30.962	41.943
Outros países	-	-	30.750	15.527
Total	8.460	6.630	121.060	121.901

## 18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	2.696	2.852	72.133	74.533
Encargos sociais	18.292	17.448	48.861	41.849
Férias	49.726	51.587	83.076	92.988
Participação nos resultados	40.325	39.040	118.018	118.901
Total	111.039	109.927	322.088	328.271

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Cíveis
Saldo em 31/12/2017	12.850	26.002	9.799	44.983	39.362	16.318
Adições	11.640	8.578	2.024	22.242	10.060	2.045
Pagamentos	(5.690)	-	(7)	(5.697)	-	(2.703)
Reversões	(5.157)	(1.262)	-	(6.419)	(1.445)	(2.662)
Atualizações	1.490	1.570	187	3.247	4.192	351
Variação cambial	-	-	-	-	223	1.400
Saldo em 31/12/2018	15.133	34.888	12.003	62.024	51.393	13.990
Adições	4.865	3.029	427	8.321	15.607	5.856
Pagamentos	(5.675)	(1.211)	(3.847)	(10.733)	(12.495)	(3.992)
Reversões	(3.744)	(6.198)	(4.555)	(14.497)	(6.208)	(6.362)
Atualizações	1.225	1.208	503	2.936	1.500	503
Variação cambial	-	-	-	-	55	300
Saldo em 31/12/2019	11.804	31.716	4.531	48.051	50.594	4.531

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

## Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Na controladora, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 65.946 (R\$ 68.483 em 31 de dezembro de 2018), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 11.804 (R\$ 15.133 em 31 de dezembro de 2018), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 197.052 (R\$ 217.005 em 31 de dezembro de 2018), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 28.628 (R\$ 39.767 em 31 de dezembro de 2018), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Adicionalmente, a Companhia figura como parte em ação coletiva movida pelo sindicato que representa os trabalhadores das duas unidades da Companhia localizadas em Limeira, SP, tendo por objeto a condenação da Companhia (i) ao pagamento de adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, para empregados em determinadas funções, pelos últimos cinco anos; (ii) inscrição em folha de pagamento dos referidos adicionais para tais empregados no futuro; e (iii) honorários advocatícios sobre o valor da condenação. A ação coletiva é classificada como perda possível e está em fase inicial de instrução, não sendo possível estimar de maneira confiável o valor do passivo contingente.

Em 12 de setembro de 2019 foi celebrado, entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 15ª Região no Município de São José dos Campos/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 45/2019, tendo por objeto formalizar a intenção da Companhia de adequar, de forma voluntária, as máquinas e equipamentos de sua propriedade instaladas na sua planta industrial localizada em Cruzeiro, SP, ao que determina a Norma Regulamentadora NR-12, dentro do prazo de 30 meses contados a partir da data de assinatura do referido TAC. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderá ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da Companhia.

## Processos de natureza tributária

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS/Cofins (a)	7.055	11.903	8.305	12.149
INSS (b)	15.201	14.623	15.201	14.623
IPI (c)	4.435	4.331	4.435	4.331
IR - "Corporate Income Tax" (d)	-	-	14.465	13.765
Outros	5.025	4.031	8.188	6.525
Total	31.716	34.888	50.594	51.393

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

- (a) Discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP no cálculo do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT.
- (b) Discussão judicial para anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia.
- (c) Procedimento de fiscalização sobre imposto de renda e outros tributos conduzida por autoridades fiscais da Alemanha, envolvendo as controladas indiretas da Companhia nesse país, relativa ao período compreendido entre 2009 e 2011, na qual se questionam: (i) o montante de juros deduzidos fiscalmente relativos a nota promissória intragrupo; e (ii) o valor de avaliação de certos direitos que foram capitalizados na controlada em 2011.

## Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como parte em processos de natureza cível que envolvem contingência passiva; desses processos, o montante total de R\$ 4.531 (R\$ 12.003 em 31 de dezembro de 2018) foi avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, o montante total dos processos que envolvem contingência passiva com chance de perda provável era de R\$ 4.531 (R\$ 13.990 em 31 de dezembro de 2018).

## Riscos classificados como perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza tributária e cível envolvendo contingência passiva que não estão provisionados, pois apresentam chance de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2019, no consolidado, esses processos de natureza tributária e cível, cuja chance de perda é classificada como possível, totalizam R\$ 398.116 (R\$ 385.314 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se principalmente a:

- a) Processo administrativo nº 3.127.787-1, de natureza tributária contra a Companhia, cujos temas versam sobre: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias sem documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições de pessoas jurídicas do Simples; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. O item (i) do auto de infração anteriormente mencionado foi cancelado definitivamente na esfera administrativa, tendo sido apresentado pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes, o qual aguarda julgamento interrompido por pedido de vista, sendo o montante total discutido classificado como de perda possível correspondente a R\$ 184.610.
- b) Autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha, relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2009, processos nº 08/8972/2012 e nº 08/01138/2013, derivados de auditorias fiscais envolvendo as controladas Maxion Wheels Europe S.à.r.l. (anteriormente denominada HLI Lemmerz Holdings ETVE, S.L.), Maxion Wheels España S.L. (anteriormente denominada Hayes Lemmerz Manresa, S.L.) e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L., nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestruturação corporativa e financeira; apresentada defesa administrativa, proferida decisão desfavorável em 1ª e 2ª instâncias administrativas, apresentado recurso para as cortes espanholas; aguarda-se decisão de 1ª instância judicial, cujo montante total discutido é de R\$ 37.060.
- c) Processo administrativo nº 16045.720014/2015-51, de natureza tributária contra a Companhia, referente à cobrança de IRPJ, acrescido de juros e multa de ofício de 75%, sob alegação de não quitação das estimativas mensais do ano-calendário 2011 - "Compensações Não Homologadas"; apresentada defesa administrativa, proferida decisão favorável em 1ª instância cancelando integralmente o débito, aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível de R\$ 22.224.
- d) Processos administrativos nº 16045.720012/2015-62 e nº 16045.720013/2015-15, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2011; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, bem como processos administrativos nº 1

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Valor justo dos ativos do plano	31/12/2019				31/12/2018					
	Plano de benefício definido			Outros planos	Plano de benefício definido			Outros planos		
	Alemanha	Espanha	México		Total	Alemanha	Espanha		México	Total
Ativos do plano no início do exercício	1.592	19.072	1.058	4.917	26.639	1.434	20.656	844	3.922	26.856
Receita financeira	23	271	96	361	751	27	327	74	303	731
Contribuições pagas aos planos	24.457	34	-	3.910	28.401	24.286	497	-	4.162	28.945
Benefícios pagos pelos planos	(25.056)	(1.756)	-	(3.856)	(30.668)	(25.818)	(1.859)	-	(4.287)	(31.964)
Retorno esperado dos ativos dos planos	33	1.326	(17)	11	1.353	25	(2.988)	(9)	264	(2.708)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	565	429	90	167	1.251	1.638	2.439	149	553	4.779
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	1.614	19.376	1.227	5.510	27.727	1.592	19.072	1.058	4.917	26.639
Total do passivo não circulante	(420.468)	(9.010)	(6.266)	(80.188)	(515.932)	(400.577)	(6.850)	(3.829)	(59.797)	(471.053)
Custo líquido do benefício	31/12/2019				31/12/2018					
	Plano de benefício definido			Outros	Plano de benefício definido			Outros		
	Alemanha	Espanha	México		Total	Alemanha	Espanha		México	Total
Custo do serviço	(1.815)	(195)	(361)	(8.446)	(10.817)	(1.883)	(187)	(352)	(3.085)	(5.507)
Custo financeiro	(5.816)	(374)	(444)	(6.279)	(12.913)	(6.748)	(446)	(352)	(4.158)	(11.704)
Custo líquido do benefício	(7.631)	(569)	(805)	(14.725)	(23.730)	(8.631)	(633)	(704)	(7.243)	(17.211)

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo e das obrigações foram as seguintes:

**Média ponderada das premissas utilizadas**

	Pensão	Outros planos
Taxa de desconto - internacional	1,63%	6,49%
Taxa de aumento de salário - internacional	3,05%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,25%	3,66%

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

**Análise de sensibilidade das obrigações**

Em 31 de dezembro de 2019, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	Pensão	Outros planos
Cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a:	0,30%	6,88%
Aumento na obrigação de benefício definido	28.158	6.700
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	12	16
Cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a:	1,30%	7,88%
Redução na obrigação de benefício definido	26.400	6.190
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	12	16

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

**Contribuições pagas aos planos**

Em 2019, a controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 24.491 (R\$ 24.783 em 31 de dezembro de 2018).

**21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 1.576.954.290,05 (um bilhão, quinhentos e setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.719.601 (cento e cinquenta e três milhões, setecentas e dezoito mil, seiscentas e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No exercício social de 2019, o capital social da Companhia passou pelas seguintes variações:

- Nos termos do Artigo 166, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração homologou os seguintes aumentos de capital em decorrência do exercício dos bônus de subscrição (MYPK12), com a subscrição de uma ação de emissão da Companhia a cada bônus exercido, ao preço de R\$ 12,70 cada:
  - Em 24 de abril de 2019, homologação do exercício de 1.766.277 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 22.432, passando o mesmo de R\$ 1.407.536, dividido em 150.574.876 ações, para R\$ 1.429.968, dividido em 152.341.153 ações;
  - Em 29 de maio de 2019, homologação do exercício de 655.582 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 8.326, passando o mesmo de R\$ 1.429.968, dividido em 152.341.153 ações, para R\$ 1.438.294, dividido em 152.996.735 ações; e
  - Em 24 de junho de 2019, homologação do exercício de 722.866 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 9.180, passando o referido capital social de R\$ 1.438.294, dividido em 152.996.735 ações, para R\$ 1.447.474, dividido em 153.719.601 ações.
- Em 4 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de parte da reserva de capital, no montante de R\$ 129.480, passando o capital social para R\$ 1.576.954.290,05, dividido em 153.719.601 ações.  
De acordo com o estatuto social, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 82.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante emissão de novas ações ordinárias, sendo que, deste limite total, 58.856.229 ações já foram emitidas, restando passível de emissão o montante de 23.143.771 ações.  
A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

**b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro**

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

**c) Destinação do lucro líquido**

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

Em 15 de abril de 2019, foram pagos os juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2018.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	337.435	201.325
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	5.327	12.546
Total a distribuir	342.762	213.871
Destinação do lucro:		
(-) Reserva legal (5%)	(17.138)	(10.694)
(-) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	(198.820)	(124.045)
(-) Dividendos obrigatórios	(101.191)	-
(-) Juros sobre o capital imputados aos dividendos obrigatórios	(25.631)	(79.132)

Em 1º de julho de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$ 28.197 equivalente a R\$ 0,1850616 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$ 25.631, ou R\$ 0,1682176 por ação ordinária, já deduzido o IRRF, respectivamente.

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração na referida data, os JSCP serão imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2019 nos termos do artigo 42 do estatuto social da Companhia. O pagamento do JSCP e dos dividendos obrigatórios serão realizados até 31 de março de 2020, sendo que o valor dos referidos JSCP não sofrerá atualização monetária alguma.

**d) Opções outorgadas reconhecidas**

Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações dos planos 2015 e 2014 deduzidas do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2019, o total de ações canceladas foi de 15.499 (27.924 opções em 31 de dezembro de 2018).

**e) Ações em tesouraria**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 1.355.089 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$ 28.920, (1.224.208 ordinárias no montante de R\$ 26.022 em 31 de dezembro de 2018), como compromisso de plano de opções de compra de ações e programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$ 31.682 representado pela cotação de 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 23,38 por ação.

**f) Ajuste de avaliação patrimonial**

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes à época da adoção inicial dos CPCs e IFRS. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. A "outros resultados abrangentes" é alocada variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.

**g) Reserva legal**

Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

**h) Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2019, constitui como os efeitos de correção do balanço em virtude de investimento efetuado na Argentina, decorrente de economia hiperinflacionária, e ágio decorrente da aquisição de participação de minoritários.

**22. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometê-lo nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

O = (B \* M) / P

Em que:

O = número de opções outorgadas ao beneficiário.

B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.

M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.

P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 2,0.
- Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,5.
- Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

O preço de exercício das opções será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, desde a data de início de cada programa até a data de exercício das respectivas opções.

Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data de cada programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final de

extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

Nos programas de compra de ações de 2014, foram outorgadas 27.581 opções pelo preço de exercício de R\$ 23,34.

No quinto programa, constituído em 2015, o Conselho de Administração nos termos da cláusula 3.2.1 do Plano, modificado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 9 de maio de 2014, decidiu outorgar aos executivos um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados de 2014, sem a contrapartida de aquisição em Bolsa de Valores de ações próprias. Os executivos que decidiram investir os percentuais de sua participação nos resultados de 2014, na forma prevista dos planos anteriores, além dos 25% mencionados, receberão opções adicionais, conforme as regras do Plano.

No quinto programa de ações, foram outorgadas 50.393 opções pelo preço de exercício de R\$ 10,38.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações em circulação e os seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação
Saldo no início do exercício	25,45	57.919	24,80	98.803
Exercidas	12,84	(4.078)	12,68	(12.960)
Canceladas	35,04	(15.499)	33,73	(27.924)
Saldo no fim do exercício	26,70	38.342	25,45	57.919

Das 38.342 opções em circulação em 31 de dezembro de 2019 (57.919 em 31 de dezembro de 2018), 28.778 opções (28.800 opções em 31 de dezembro de 2018) são exercíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$ 23,38 (R\$ 23,81 em 31 de dezembro de 2018). As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5,93 (R\$ 6,41 em 31 de dezembro de 2018).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 32,6% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação considerando os preços de vencimento.
- Vida esperada da opção correspondente entre um e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 4,39%, 4,43%, 4,91% e 5,38%, para um, dois, três e quatro anos, respectivamente.

**23. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO**

Em abril de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019, o Conselho de Administração aprovou os planos de incentivo de longo prazo referente aos resultados de 2016 a 2019 ("Programa 2016"), aos resultados de 2017 a 2020 ("Programa 2017"), aos resultados de 2018 a 2021 ("Programa 2018") e aos resultados de 2019 a 2022 ("Programa 2019"), respectivamente, os quais têm por objetivo: (i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; e (ii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia nas bolsas de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários do Programa de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) no valor das ações da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). O recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit", no primeiro caso, e "Performance Share", no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de R\$ 14,26, R\$ 15,93, R\$ 22,64 e R\$ 22,84, para o Programa de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 20 (vinte) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) anteriores à data de outorga em abril de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019.

Os RSUs serão liquidados em 3 tranches, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 10 (dez) pregões antecedentes à data de liquidação. As PS de 2017, de 2018 e de 2019 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado entre 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020, entre 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021 e entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022, respectivamente, for atendido de acordo com os índices estipulados pelo Conselho de Administração para cada Programa. As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

Programa	Tranche	Vencimento	RSUs e PSs em circulação
RSU - 2016	33,3%	27/04/2020	63.648
RSU - 2017	33,3%	26/04/2020	56.691
RSU - 2017	33,3%	26/04/2021	56.691
PS - 2017	100%	26/04/2021	170.243
RSU - 2018	33,4%	26/04/2020	50.657
RSU - 2018	33,3%	26/04/2021	50.506
RSU - 2018	33,3%	26/04/2022	50.506
PS - 2018	100%	26/04/2022	151.668
RSU - 2019	33,4%	26/04/2021	58.097
RSU - 2019	33,3%	26/04/2022	58.097
RSU - 2019	33,3%	26/04/2023	58.098
PS - 2019	100%	26/04/2023	174.292

Em 31 de dezembro de 2019, o montante total provisionado na controladora é de R\$ 1.401 e R\$ 2.411 (R\$ 1.490 e R\$ 2.910 em 2018) e no consolidado é de R\$ 3.146 e R\$ 5.358 (R\$ 3.098 e R\$ 6.326 em 2018) registrados nas rubricas "Outras obrigações", no passivo circulante e não circulante, respectivamente. As ações em tesouraria para fins de utilização dos recursos para o pagamento dos Programas de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 estão demonstradas na nota explicativa nº 21.e).

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.171	5.835	11.818	2.565
Receita com juros - plano de pensão	-	-	751	731
Descontos obtidos e juros ativos	200	104	200	106
Ganho financeiro sobre processos judiciais	1.755	2.343	1.776	2.343
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	2.936	-	3.082
Receita financeira sobre crédito de PIS e Cofins	-	-	42.610	-
Capitalização dos custos sobre empréstimos (CPC 20)	3.660	-	3.660	-
Outras	3.582	1.968	4.529	6.011
Total	18.368	13.186	65.344	14.838
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(71.879)	(52.065)	(160.038)	(171.703)
Juros do plano de pensão	-	-	(12.586)	(11.704)
Atualização monetária das provisões para riscos	(2.936)	(3.247)	(4.768)	(6.559)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.399)	(2.837)	(2.524)	(2.837)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(2.467)	(2.466)	(2.467)	(2.466)
Despesas bancárias	(661)	(2.762)	(36.799)	(29.047)
Outras	(3.050)	(10.867)	(10.942)	(15.098)
Total	(83.392)	(74.244)	(230.124)	(239.414)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Valor justo por meio do resultado			
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	15	9.218	-	39.163	-
Debêntures	15	1.259.110	-	608.992	-
Fornecedores	16	146.238	-	184.963	-
Total		1.414.566	-	833.118	-
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	646.137	-	486.903	-
Contas a receber de clientes	6	1.029.650	-	1.253.826	-
Mútuo	10	4.897	-	32.612	-
Derivativo da opção de compra	11	-	-	-	8.244
Total		1.680.684	-	1.773.341	8.244
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	15	1.802.473	-	2.204.713	-
Debêntures	15	1.259.110	-	608.992	-
Fornecedores	16	1.126.821	-	1.316.897	-
Total		4.188.404	-	4.130.602	-

**b) Valores justos**

No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado.

A comparação entre o valor justo e o custo amortizado dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	1.802.473	1.939.928

**c) Gestão de riscos financeiros**

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

**Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2019					
	Controladora			Consolidado		
	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Entre 1 e 2 anos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Fornecedores	146.238	-	1.126.821	171.160	2.501.706	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	92.912	70.658	1.364.097	762.363	171.160	2.501.706
Total	239.150	70.658	1.364.097	1.889.184	171.160	2.501.706

**Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	12.268	4.873	787.053	984.351
Partes relacionadas no exterior	19.590	51.038	69	20.540
Total do ativo	31.858	55.911	787.122	1.004.891
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	9.724	1.793.256	2.170.776
Fornecedores (iii)	2.164	3.009	977.163	1.122.861
Partes relacionadas no exterior	2.256	4.565	-	-
Total do passivo	4.420	17.298	2.770.419	3.293.637
Exposição líquida	27.438	38.613	(1.983.297)	(2.288.746)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	1.997.425	2.295.820
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	27.438	38.613	14.128	7.074

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 76,4% (78,5% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 58,6% (77,2% em 31 de dezembro de 2018) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 86,7% (85,3% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

**Risco de concentração**

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 65% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

**Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio**

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

**Análise de sensibilidade - consolidado**

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

**i) Seleção dos riscos**

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

**ii) Seleção dos cenários**

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2019.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 31 de dezembro de 2019. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDDES para a TJLP, o "site" da B3 S.A. - para a taxa do CDI, o "site" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o IPCA e o portal Bloomberg para a LIBOR.

**Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira**

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2019, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

Risco da Companhia	Cenário possível	Cenário remoto
Redução da cotação do dólar norte-americano	3.532	7.064

O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 4,0307/US\$ 1,00 (R\$ 3,0230/US\$ 1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$ 2,0154/US\$ 1,00). Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$ 3.532 e R\$ 7.064 nos cenários possível e remoto, respectivamente.

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

**Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. ("CAE" e "Companhia", respectivamente) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído, visando a adoção das melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovado o seu Regimento Interno, tendo a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2012 aprovado sua previsão no Estatuto Social da Companhia.

O CAE é composto de 3 (três) membros eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017, tendo mandato de 10 (dez) anos a contar da referida data, nos termos do artigo 31-C da Instrução CVM nº 308/99, sendo dois membros independentes, um deles, membro do Conselho de Administração da Companhia e o outro, coordenador do CAE e especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 31-D da Instrução CVM

nº 308/99 e no Regimento Interno do CAE. As avaliações e atuação do CAE baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos auditores externos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais (ITRs) do exercício de 2019.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas à Diretoria da Companhia, porém supervisionadas pelo CAE, conforme os termos da Instrução CVM nº 308/99.

**Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2019**

O CAE reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias quatorze vezes no exercício social de 2019, nas quais participaram membros da Diretoria, auditores internos e externos, além de outros membros da administração e empregados da Companhia, conforme convocados pelo CAE. O CAE também teve quatro reuniões com o Conselho de Administração, ocorridas em 11 de março, 27 de março, 27 de agosto e 27 de novembro de 2019.

Dentre os assuntos discutidos e as atividades realizadas no exercício, destacamos os seguintes:

- acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna da Companhia, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia, avaliação do orçamento da área de Auditoria Interna, tendo o orçamento da referida Auditoria

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros**

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas</b>			
TJLP em 31 de dezembro de 2019	5,57%	6,96%	8,36%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 7.155:			
Despesa financeira estimada	399	498	598
Efeito - perda	-	(99)	(200)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - LIBOR 1 mês</b>			
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,76%	2,20%	2,64%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$ 40.335:			
Despesa financeira estimada	711	887	1.065
Efeito - perda	-	(176)	(354)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - LIBOR 3 meses</b>			
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,86%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$ 165.821:			
Despesa financeira estimada	3.165	3.963	4.742
Efeito - perda	-	(799)	(1.578)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Empréstimos e financiamentos - LIBOR 6 meses</b>			
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,87%
Empréstimo indexado - LIBOR 6 meses - R\$ 272.411:			
Despesa financeira estimada	5.209	6.511	7.818
Efeito - perda	-	(1.302)	(2.609)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Debêntures - CDI</b>			
CDI em 31 de dezembro de 2019	4,40%	5,50%	6,60%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$ 1.273.171:			
Despesa financeira estimada	56.020	70.024	84.029
Efeito - perda	-	(14.005)	(28.019)

**Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros**

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
<b>Aplicações financeiras - CDI</b>			
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2019	3,99%	3,00%	2,00%
Aplicações financeiras - 91,0% do CDI - R\$ 246.720:			
Receita financeira estimada	9.844	7.402	4.934
Efeito - perda	-	(2.443)	(4.910)

Em dezembro de 2019, as controladas Maxion Jant Sanayi ve Ticaret A.S. e Maxion Inci Jant Sanayi A.S., em virtude de suas previsões de compras futuras de aço e alumínio e a fim de proteger o risco de variação de preço, assinaram contratos a termo para fixação de preço da referida "commodity". Em 31 de dezembro de 2019, o total das perdas líquidas não realizadas com esses contratos a termo de aço e alumínio, reconhecido na rubrica "matérias-primas" (nota explicativa nº 7), era de R\$ 335, tendo sido registrado em contrapartida à rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" (nota explicativa nº 27) no resultado do exercício.

As operações possuem prazos de liquidação, os quais levam em consideração a previsão das compras, entre um e nove meses da data de contratação. Em 31 de dezembro de 2019, as operações em aberto totalizam nove contratos, com vencimentos previstos entre 31 de janeiro de 2020 a 30 de setembro de 2020 e estão assim resumidas:

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nominal (em milhares)		Perda valor de mercado
			€	R\$	
Estoques	Preço de "commodities"	Turkiye Is Bankasi A.S.	24.973	112.809	(335)

**30. GESTÃO DE CAPITAL**

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.268.328	648.155	3.061.583	2.813.705
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(263.853)	(66.788)	(646.137)	(486.903)
Dívida líquida	1.004.475	581.367	2.415.446	2.326.802
Total do patrimônio líquido	3.228.478	2.921.950	3.496.976	3.198.527
Relação dívida líquida sobre patrimônio	31%	20%	69%	73%

**31. RESULTADO POR AÇÃO**

	31/12/2019	31/12/2018
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações	152.553.741	149.704.575
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(1.328.801)	(1.124.119)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	151.224.940	148.580.456
Numerador - básico:		
Lucro líquido do exercício - R\$	337.435.372	201.325.482
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	2.23135	1.35499
Denominador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	151.224.940	148.580.456
Quantidade de ações - referente ao plano de outorga de opção de compra de ações	38.342	52.887
Média ponderada da quantidade de ações	151.263.282	148.633.343
Numerador - diluído:		
Lucro líquido do exercício	337.435.372	201.325.482
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	2.23078	1.35451

**32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em níveis mais detalhadas, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

10. acompanhamento do processo de troca dos auditores independentes, participando de reuniões com os potenciais auditores e ao final apresentando a sua opinião ao Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, manifestamos que não foram identificadas situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**Conclusão**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do referido Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório da administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Deloitte Touche

Tohmtsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 5 de março de 2020.

Edward Ruiz Coordenador  
Edmilson Baraldi  
Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas da Iochpe Maxion S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**1. Avaliação sobre o reconhecimento de créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS****Por que é um PAA?**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, através de sua controlada direta Maxion Wheels do Brasil Ltda., obteve o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal para os processos referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, garantindo à Companhia e à referida controlada, o direito de reaverem os valores já recolhidos e não prescritos de PIS e COFINS, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS em montantes relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração. O processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de informações, bem como julgamentos significativos da administração sobre a determinação dos montantes reconhecidos.

Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base para mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do processo da Administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, avaliação da documentação da decisão judicial e opiniões legais emitidas considerando os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e sua controlada sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido, assim como a análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados, sendo que tais procedimentos foram efetuados com o suporte técnico de especialistas em tributos. Adicionalmente, em base amostral, recalculamos o montante do crédito e solicitamos documentação suporte dos itens selecionados para teste documental, assim como analisamos a estimativa de recuperação dos créditos tributários reconhecidos, bem como sua apresentação entre ativo circulante e não circulante.

As divulgações da Companhia sobre os saldos de créditos tributários reconhecidos estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que os saldos, assim como as respectivas divulgações quanto ao reconhecimento de créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**2. Redução ao valor recuperável de ágio e de ativo imobilizado - "impairment"****Por que é um PAA?**

A Companhia possui saldos significativos de ágios e de ativos de longo prazo registrados que podem apresentar risco de realização e, consequentemente, a redução de seus valores recuperáveis. O risco dá-se não somente pela relevância dos saldos, como também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio", conduzida pela Companhia, e pelo alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da Administração. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à análise do valor recuperável dos ativos, além da análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em valuation, quando aplicável, na avaliação e no desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela Administração na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio - impairment". Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ágios e do ativo imobilizado, preparado pela Administração da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de março de 2020

Deloitte Touche Tohmtsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Fernando Augusto Lopes Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 250631/O-7

**Deloitte.**

[www.iochpe.com.br](http://www.iochpe.com.br)

# 25,1 MILHÕES DE INVESTIDORES QUE PODERÃO ESCOLHER A SUA EMPRESA NO PRÓXIMO ANO

Anunciando nos veículos certos, você coloca a credibilidade, a força e a abrangência de quem é líder a serviço da sua comunicação com o mercado econômico e financeiro.

ECONÔMICO  
**Valor + O GLOBO + Valor RI**  
ECONÔMICO

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

Empresa	Data	Período	Balanço	Resultado	Fluxo de Caixa
Enxareiro	12/01/2019	2T19	---	---	---
Maria e	08/11/2019	3T19	---	---	---

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333  
[www.valor.com.br/valor-ri](http://www.valor.com.br/valor-ri)